

Eleições em tempos de Golpe:

Compromissos e propostas d@s presidenciáveis com
a agenda feminista, antirracista e pró-LGBTI

Patrícia Rangel e Eneida Dultra

** Neste artigo, usamos o símbolo @ para o feminino e masculino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: candidat@ significa candidata mulher ou candidato homem.*

Ao longo de 30 anos, o CFEMEA tem apontado que, apesar de toda a atuação dos feminismos, dos movimentos negros e LGBTIs, nós ainda somos extremamente sub-representad@s, tanto do ponto de vista descritivo (presença) quanto do substantivo (plataformas e políticas). Após várias reformas eleitorais e décadas de luta, ainda não ocupamos os espaços de poder proporcionalmente ao espelho do contingente da sociedade. Essa sub-representação está presente em todos os cargos e em todos os níveis (municipal, estadual/distrital e federal), como pode ser concluído da análise dos resultados dos pleitos eleitorais, que fizemos na Série Histórica Mulheres e Eleições¹.

O Cfemea iniciou sua atuação nessas eleições lançando a campanha “Política Feminista para Transformar o Poder” para buscar “conectar as eleições ao contexto político de crise, denunciar a anormalidade do que estamos vivendo e os limites do nosso sistema e de nossa cultura política, além de alertar para a presença crescente de candidaturas parlamentares – no âmbito federal, mas também nos estados e governos – que se colocam contra os direitos das mulheres, da população negra, dos povos tradicionais e da classe trabalhadora”².

Com a campanha, estamos apontando que, a depender das forças políticas que terão acesso ao poder institucional, os retrocessos trazidos com o (des)governo de Michel Temer podem se agravar após as eleições, consolidando as perdas em curso. Nos últimos dois anos, testemunhamos a ascensão de forças conservadoras que tomaram para si as instituições, reforçando em nosso sistema político seus já estruturantes aspectos racistas, misóginos e classistas (elitistas), alijando ainda mais setores da

¹ <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4460-serie-historica-mulheres-e-eleicoes-1996-2012>

²<http://www.cfemea.org.br/index.php/alerta-feminista/4689-eleicoes-em-tempos-de-golpe-o-que-nos-mulheres-temos-a-ver-com-isso>

população historicamente marginalizados, além de um forte afã privatizante de setores e de serviços públicos.

No ano em que as candidaturas femininas agregaram novas ferramentas e que o entendimento de cota mínima por gênero parecia ter finalmente consolidado sua efetividade, o número total de candidatas não se alterou em relação a eleição de 2014. Seria sinal de preocupação com maior viabilidade eleitoral dessas candidaturas, reduzindo a fantasia do cumprimento "fake" das cotas?

O número que se depreende do sistema de registro de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, independente da validação desses, aponta para 9.206 mulheres ou 30,6% do total de pedidos de registros. Em 2014 o percentual foi de 31,1%, dos dados gerais.

Nessas eleições nacionais de 2018, pela primeira vez a legislação dispôs sobre o impedimento de financiamento empresarial nas campanhas (em 2016 essa regra já vigorou para as eleições municipais). E ainda criou uma ferramenta nova para ser associada às doações de pessoas físicas: recursos provenientes do Fundo Eleitoral que possui fontes públicas. As bancadas femininas no Congresso Nacional e representantes das instâncias partidárias de mulheres (secretarias, diretorias, etc.) se movimentaram e questionaram o Tribunal Superior Eleitoral sobre a necessidade do uso dos recursos do Fundo Eleitoral também sob o imperativo do sistema de quotas (30% mínimo por sexo) e foram vitoriosas.

Assim, um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres na vida partidária e no desenvolvimento de suas campanhas eleitorais receberia um aporte importante. Recursos mínimos garantidos podem aumentar a viabilidade eleitoral das candidaturas femininas! Sempre é conveniente lembrar que, ao contrário das falsas e simplórias alegações sobre "desinteresse" de mulheres pela opção político-eleitoral, elas enfrentam um conjunto de dificuldades para sua inserção na representação institucional no Legislativo e no Executivo.

No entanto, a resistência das estruturas partidárias, e as maiorias masculinas presentes em todos os partidos, rapidamente se organizaram para limitar a incidência numérica feminina nas candidaturas, respeitando o limite da quota mínima legal para não facilitar a viabilidade eleitoral das mulheres, que agora seriam contempladas com garantia de recursos do Fundo Eleitoral. Justo quando o financiamento eleitoral adotou um modelo distinto, limitado a doações de pessoas físicas e com maior controle e fiscalização oficial em decorrência do novo Fundo criado.

Essas eleições ocorrem em um contexto crítico vivido pelo Brasil, momento este que demanda uma ação firme das mulheres para garantia de suas vidas (vide o aumento do feminicídio e de outras incidências de violência), de sua autonomia econômica (diante do empobrecimento por serem mais atingidas pelo desemprego, informalidade, menores salários e descontinuidade da contribuição previdenciária), de sua liberdade e dignidade (pela manipulação de seus corpos e interesses sem seu consentimento) e diante da depreciação de políticas públicas de defesa dos direitos sociais (a exemplo da fixação de teto dos gastos com essas políticas) e do acirramento do debate em relação aos aspectos morais e religiosos que insistem em disputar os espaços de representação estatal para pautar seus interesses específicos, inclusive em prejuízo à laicidade fundante do nosso Estado Democrático de Direito como estabelecido na Constituição Federal nesses seus 30 anos de existência, de cunho eminentemente persecutório em relação às mulheres.

Aprofundaremos essas questões em uma segunda análise, focada nas candidaturas de mulheres. Por ora, temos outro assunto a tratar: as plataformas de gênero contidas nos planos de governo dos presidenciáveis. Desde 2014, além de realizar as tradicionais análises de mulheres candidatas e eleitas, o CFEMEA decidiu investigar o perfil d@s eleit@s e conhecer suas propostas para as mulheres, de igualdade racial (políticas para a população negra e indígena) e de diversidade sexual (sobretudo, ações voltadas para a comunidade LGBTQI). Em 2014, isso foi feito para @s eleit@s nos governos estaduais e do DF e, em 2016, para @s nov@s prefeit@s das capitais brasileiras.

Este ano, considerando a excepcional conjuntura de pós-golpe e as inúmeras ameaças aos direitos das mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQI, dos povos indígenas e d@s trabalhadores como um todo, optamos por adiantar o levantamento e analisar profundamente os planos de governo d@s candidat@s à Presidência da República, cargo mais importante a ser escolhido esse ano. Trata-se de momento propício para exigir ampliação e fortalecimento de políticas de gênero, visto que o voto feminino é especialmente decisivo este ano.

Além de o eleitorado feminino representar 52% d@s 140 milhões de eleitor@s, as mulheres ainda são maioria d@s indecis@s (em agosto, 34% das mulheres não tinha candidat@ no cenário sem Lula³), então serão elas que definirão o resultado das eleições. Aparte, 81% d@s brasileir@s querem políticas federais de promoção à

³<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/mulheres-uma-barreira-para-a-vitoria-de-bolsonaro-por-jairo-nicolau/>

igualdade, segundo recente pesquisa Ibope/ONU Mulheres⁴. Como explicou a socióloga Fátima Pacheco Jordão, “os primeiros colocados nas pesquisas estão próximos, assim como no 2º turno, e a proporção de mulheres indecisas é maior. O fato de elas decidirem muito mais perto da eleição faz com que tenham voto mais influente”⁵.

Algumas matérias jornalísticas já ofereceram um panorama das propostas nos planos de governo⁶, apontando nelas “muito Deus, pouca mulher”⁷, informaram sobre a sabatinada de sete candidatas no evento “Mulheres Com os Presenciáveis”, organizado pelo Grupo Mulheres do Brasil⁸ e há também um bom estudo supervisionado pelo Grupo de Estudos de Gênero e Política - Gepô/ USP⁹ sobre essas plataformas¹⁰. A diferença da nossa análise para esse material é meramente o grau de profundidade da análise, já que aqui examinamos mais detidamente cada um dos documentos e os categorizamos de acordo com nossas prioridades e bandeiras de luta.

Apontamos também que, apesar da conjuntura desfavorável, há inúmeras expressões de resistência, movimentos e coletivos firmes em defender a democracia e denunciar o desmonte das políticas públicas e as violações de direitos – mobilizações que demandam a revogação das medidas golpistas que comentaremos neste documento. Reforçamos a responsabilidade que a cidadania possui de contribuir com a defesa de nossos direitos democráticos e da soberania popular apoiando candidaturas feministas e antirracistas. O presente documento, que faz análise detida das propostas das candidatas presidenciais, é mais uma ferramenta de informação para as eleitoras quanto ao que se pode esperar das candidatas e vices. Estariam eles e elas dispostas a revogar as medidas golpistas e a promover um projeto de sociedade diverso, democrático e inclusivo?

Esse tipo de estudo é fundamental para que tenhamos compreensão das possibilidades e limites da democracia representativa e das expectativas para o próximo período.

⁴<http://www.onumulheres.org.br/noticias/81-de-brasileiros-e-brasileiras-querem-politicas-federais-de-promocao-a-igualdade-revela-pesquisa-ibope-onu-mulheres/>

⁵<http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/eleicoes/voto-feminino-pode-decidir-eleicoes-deste-ano/?cHash=198b24b4c538b73b555f3345610200fe>

⁶Por exemplo, uma matéria da BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45215784>, artigo do Nexo (<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/03/Como-as-mulheres-aparecem-nos-planos-dos-presenci%C3%A1veis>), levantamento da Carta Capital (<https://www.cartacapital.com.br/politica/como-os-planos-de-governo-incluem-as-mulheres>) e do Blog da Folha (<https://oespiritodasleis.blogfolha.uol.com.br/2018/08/30/de-olho-nas-propostas-no-04-politicas-para-as-mulheres/?loggedpaywall#>)

⁷<https://piaui.folha.uol.com.br/muito-deus-pouca-mulher/>

⁸<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/16/sete-candidatos-a-presidencia-apresentam-propostas-em-sabatina-organizada-por-grupo-de-executivas.ghtml>

⁹<https://pt-br.facebook.com/gepo.dcp.usp/>

¹⁰<https://universa.uol.com.br/especiais/eleicoes-para-mulheres-em-2018/index.htm#tematico-1>

Nosso objetivo é, como foi nos anos anteriores, de contribuir para o debate acerca da representação da população brasileira a partir do ponto de vista descritivo (presença), mas também do substantivo (plataformas e ideias). Portanto, apresentamos aqui as candidaturas (a president@ e vice) com o perfil e as propostas de tod@s as 13 chapas que pretendem comandar o Executivo federal a partir de 2019.

Perfil d@s presidenciais

Após o julgamento dos recursos, o TSE deferiu, para o primeiro turno das eleições, 13 candidat@s a president@ e seus/suas vices. D@s 26 candidat@s, somente 7 (26,9%) são mulheres, sendo 2 pretas, uma indígena e 4 brancas. Duas das 7 mulheres são candidatas à presidência, o que corresponde a 15,3% do total de presidenciais, como se pode verificar no quadro abaixo, confeccionado com dados colhidos no TSE em 18 de setembro. Conforme bem comunicado pela opinião pública, chamou atenção, neste pleito, o fato de boa parte das candidatas estarem concorrendo a vice, não à presidenta¹¹.

Tabela 1: Candidat@s a Presidência e Vice-Presidência da República, 2018					
Partido/Coligação	Cargo	Nome na Urna	Sexo	Raça/cor	Estado Civil
MUDANÇA DE VERDADE (PODE / PRP / PSC / PTC)	Presidente	Alvaro Dias	Masculino	Branca	Casado
	Vice	Paulo Rabello	Masculino	Branca	Divorciado
PATRI	Presidente	Cabo Daciolo	Masculino	Parda	Casado
	Vice	Professora Suelene Balduino	Feminino	Branca	Solteira
BRASIL SOBERANO (PDT / AVANTE)	Presidente	Ciro Gomes	Masculino	Branca	Divorciado
	Vice	Kátia Abreu	Feminino	Branca	Casada
DC	Presidente	Eymael	Masculino	Branca	Casado
	Vice	Helvio Costa	Masculino	Parda	Casado
O POVO FELIZ DE NOVO (PT / PC do B / PROS)	Presidente	Fernando Haddad	Masculino	Branca	Casado
	Vice	Manuela	Feminino	Branca	Casada
PARA UNIR O BRASIL (PSDB / PTB / PP / PR / DEM / SOLIDARIEDADE / PPS / PRB / PSD)	Presidente	Geraldo Alckmin	Masculino	Branca	Casado
	Vice	Ana Amélia	Feminino	Branca	Viúva
VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL (PSOL / PCB)	Presidente	Guilherme Boulos	Masculino	Branca	Solteiro
	Vice	Sonia Guajajara	Feminino	Indígena	Divorciada

¹¹<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/26/mulheres-ganham-mais-espaco-na-politica-ainda-que-num-papel-secundario.htm>

ESSA É A SOLUÇÃO (MDB / PHS)	Presidente	Henrique Meirelles	Masculino	Branca	Casado
	Vice	Germano Rigotto	Masculino	Branca	Casado
BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS (PSL / PRTB)	Presidente	Jair Bolsonaro	Masculino	Branca	Casado
	Vice	General Mourão	Masculino	Indígena	Viúvo
NOVO	Presidente	João Amoêdo	Masculino	Branca	Casado
	Vice	Professor Christian	Masculino	Branca	Casado
PPL	Presidente	João Goulart Filho	Masculino	Branca	Casado
	Vice	Léo da Silva Alves	Masculino	Branca	Casado
UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL (REDE / PV)	Presidente	Marina Silva	Feminino	Preta	Casada
	Vice	Eduardo Jorge	Masculino	Branca	Casado
PSTU (REDE / PV)	Presidente	Vera	Feminino	Preta	Casada
	Vice	Hertz	Masculino	Preta	Casada

CFEMEA/ Eleições 2018.
Fonte: TSE - 19/09/2018.

Planos de governo d@s presidenciais

Nossa pesquisa teve como fonte primária os planos de governo d@s presidenciais. Foram lidos e examinados os documentos disponibilizados na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga) em 17/09/2018, data do julgamento de todos os pedidos de registro de candidatura e, portanto, momento de confirmação dos nomes que concorrerão definitivamente ao pleito.

De forma geral, os planos oferecem poucas soluções para revogar as medidas do governo golpista e atendem pouco às demandas dos feminismos, movimentos LGBTQI e luta antirracista, confirmando um cenário de retrocesso que já previmos há dois anos, ainda nas eleições municipais de 2016. Indicamos naquela análise, a retração de plataformas progressistas nos espaços institucionais, com o crescimento da presença de partidos conservadores e com perspectivas religiosas/ fundamentalistas nas Câmaras Municipais e Prefeituras, o que dificultou ainda mais o avanço de projetos progressistas e da agenda feminista, bem como a resistência ao golpe em âmbito local.

Naquele ano, os partidos de esquerda perderam espaço nos municípios, tanto nas câmaras quanto nas prefeituras, o que constituiu uma importante base de apoio para o governo golpista de Michel Temer e para os retrocessos/cassação de direitos das

minorias políticas no âmbito local¹². Observamos também a ampliação da influência de forças religiosas, com a eleição de candidatos ligados a igrejas evangélicas, como Marcelo Crivella, no Rio de Janeiro. Indicamos, ainda, que especialistas entendiam o ocorrido como um passo fundamental na estratégia do segmento evangélico de ocupar o Executivo federal para chegar ao Judiciário, como argumentou Christina Vital (UFF)¹³.

Nestas eleições presidenciais, quanto à forma e conteúdo, os 13 documentos são extremamente heterogêneos, variando de nove (Vera, PSTU) a 288 páginas (Guilherme Boulos, PSOL) e apresentando distintos graus de especificidade e profundidade quanto aos temas que nos são caros historicamente (direitos das mulheres, igualdade racial, diversidade sexual e participação cidadã). Alguns esclarecem que são documentos preliminares cujo objetivo é atender as exigências legais da Justiça Eleitoral. Notadamente, do ponto de vista metodológico, escolhemos a referência inscrita nos programas de governo, ainda que seja reconhecida que as propagandas eleitorais e participação em debates sejam também fontes para estudos sobre as propostas dos candidaturas.

Alguns programas trazem diagnósticos sobre diversas questões gerais do país e apresentam as visões de mundo e perspectivas políticas de suas coligações. Quanto aos temas que mais nos interessam, a maioria dos planos de governo é bastante superficial e não chega a delinear de forma clara suas propostas, fazendo afirmações mais genéricas.

A leitura dos planos de governo permite notar, como primeira observação, que o foco das propostas são áreas como desenvolvimento econômico, saúde, segurança pública e combate à corrupção. É interessante notar também que, ao contrário do que verificamos nas eleições municipais de 2016 (cujas prioridades apresentadas nos planos dos prefeitos eleitos nas capitais brasileiras eram basicamente as mesmas de 2012), houve uma mudança radical com relação ao pleito de 2014. Todos mencionam alguma forma de reorganização do sistema político, comprovando a relevância do debate sobre reforma política que estamos pautando há muitos anos.

Quanto a políticas sociais, alguns elencam os programas que pretendem manter ou ampliar, enquanto outros propõem que o poder público deve procurar interferir e regular

¹² <http://feminismo.org.br/eleicoes-2016-resultado/>

¹³ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml?cmpid=compfb>

o mínimo possível, como Álvaro Dias, que argumenta ser “frustrante a interferência do poder público e do “Estado-babá”, uma vez que “o crescimento da economia é sempre originário das iniciativas dos próprios cidadãos”. João Amoedo, que promete a privatização de todas as estatais, protesta contra “um Estado que dá auxílios para quem menos precisa, benefícios para quem menos merece e tributa quem mais trabalha”. Bolsonaro, por sua vez, estima reduzir em 20% o volume da dívida “por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro à população brasileira. Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, uma minoria, pelo seu caráter estratégico, preservadas.” Alckmin propõe “privatizar empresas estatais, de maneira criteriosa, para liberar recursos para fins socialmente mais úteis e aumentar a eficiência da economia”.

No que tange ao desenvolvimento social, as propostas foram centradas majoritariamente na saúde, na educação e na segurança pública. Sobre a saúde, falou-se muito em reorganização e fortalecimento da atenção básica e a destinação de mais recursos a serem investidos. Sete candidaturas mencionaram os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres: Ciro Gomes, Haddad, Boulos, Vera, João Goulart Filho, Marina e Cabo Daciolo, este último se posicionando contra.

Planos de governo e a agenda política feminista

Quatro programas não utilizam a palavra mulher uma única vez: Álvaro Dias, Cabo Daciolo, Eymael e João Amoedo. Há algum tipo de menção a direitos das mulheres, igualdade racial ou diversidade sexual/identidade de gênero em todos os 13 planos, somando 345 propostas. A Tabela 2 apresenta estes dados de maneira sistematizada. Guilherme Boulos e Sonia Guajajara apresentam 131 propostas para esses temas; Ciro Gomes e Kátia Abreu, 91 propostas, Fernando Haddad e Manuela propõem 52; Marina e Eduardo Jorge, 26; João Goulart Filho e Leo da Silva Alves, 17; Vera e Hertz elaboraram oito; Jair Bolsonaro e General Mourão, cinco; Geraldo Alckmin e Ana Amélia, seis; João Amoedo e Professor Christian, duas propostas; Henrique Meirelles e Germano Rigotto, três, mesmo número de propostas presentes nos planos de Eymael e Hélio Costa; enquanto o programa de Álvaro Dias e Paulo Rabello conta com somente uma proposta, e o de Cabo Daciolo e professora Suelene Balduino, com nenhuma. Uma tabela com a lista de todas essas propostas pode ser encontrada como anexo deste documento, onde sistematizamos as 569 páginas dos planos de governo

em somente 21 páginas, categorizando as propostas por tipo e disponibilizando uma breve descrição de cada (<https://drive.google.com/file/d/1hwqn3dHj7Qb7sApCTDzIMYyE1SDUvP4r/view?usp=sharing>)

Tabela 2: Candidat@s à Presidência e Vice-Presidência da República, 2018					
Candidat@	Propostas direitos das mulheres	Propostas igualdade racial	Propostas população LGBT	Outros	Total
Álvaro Dias (PODE / PRP / PSC / PTC)	1	0	0	0	1
Cabo Daciolo (PATRI)	0	0	0	0	0
Ciro Gomes (PDT / AVANTE)	51	22	14	4	91
Eymael (DC)	0	0	0	3	3
Fernando Haddad (PT/ PC do B/ PROS)	21	19	5	7	52
Geraldo Aickmin (PSDB / PTB / PP / PR / DEM / SOLIDARIEDADE / PPS / PRB / PSD)	4	1	0	1	6
Guilherme Boulos (PSOL/ PCB)	45	35	45	6	131
Henrique Meirelles (MDB / PHS)	3	0	0	0	3
Jair Bolsonaro (PSL / PRTB)	3	0	0	2	5
João Amoedo (NOVO)	2	0	0	0	2
João Goulart Filho (PPL)	13	1	1	2	17
Marina Silva (REDE / PV)	11	6	5	4	26
Vera (PSTU)	4	1	3	0	8
Brasil	158	85	73	29	345
CFEMEA/ Eleições 2018. Fonte: TSE - 19/09/2018.					

O maior número de propostas relacionadas a temas de uma plataforma política feminista e antirracista foi direcionado aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, contabilizando 158 ações propostas. Para facilitar a visualização e a compreensão, apontamos como áreas separadas as propostas de igualdade racial e diversidade sexual. As promessas relativas à luta por igualdade racial totalizaram 85 metas em nível nacional. Por fim, somente 73 das 345 propostas de interesse do feminismo são dedicadas a proteger a população LGBTQI e buscar a superação de discriminações fundadas em orientação sexual e identidade de gênero, como homofobia, lesbofobia e transfobia. Houve também 29 outras propostas que atingem a todos os grupos de nosso

interesse, aos povos do campo, das florestas e das águas, ou a questões restritas à família.

Quanto ao tema **família**, houve 16 propostas de seis candidatos: Eymael, Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro, Marina Silva, Fernando Haddad e Guilherme Boulos. Enquanto os três últimos se comprometem com perspectivas progressistas nesse campo, o projeto de defesa da família tradicional apareceu em três planos de governo: Bolsonaro, Cabo Daciolo e Eymael. O primeiro, cujo plano de governo tem como cabeçalho “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, afirma que “nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo se uniu às oligarquias corruptas para minar valores da Nação e da família brasileira”. Eymael afirma que “O resgate e a proteção dos valores éticos da Família e a satisfação plena de suas necessidades serão o fundamento, a inspiração e o objetivo permanente da Democracia Cristã, no exercício da Presidência da República” e promete reduzir drasticamente do número de Ministérios hoje existentes, “mas incluindo, entre os Ministérios remanescentes, o Ministério da Família”. Cabo Daciolo, por sua vez, diz não ser “possível conceber que a família em seus moldes naturais seja destruída, que a ideologia de gênero e a tese de legalização do aborto sejam disseminadas em nossa sociedade como algo normal”. Assim, sua “conduta, no que compete ao Estado, será construir um dique contra todas essas mazelas sem que isso signifique dar voz ao preconceito, mas oferecer à sociedade brasileira condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida”. Por fim, promete: “Vamos honrar a Deus sobre todas as coisas. Ele tem sido até aqui o nosso norte e continuará a sê-lo em todo o nosso mandato para o qual creio que seremos eleitos pelos brasileiros”.

Note-se que os planos de governo dos 3 candidatos acima mencionados são exemplos de uma perspectiva da interferência da religião na política, ferindo profundamente o princípio da laicidade do Estado, em uma postura conservadora sobre o conceito de família e sua conformação vinculada a padrões cristãos tradicionais. Por outro lado, candidat@s como Boulos e Haddad se comprometem a assumir a defesa irrestrita do estado laico, da liberdade de crença e de não-crença.

Ainda na temática familiar, Ciro Gomes se compromete a apoiar a aprovação do Estatuto das Famílias, do Estatuto da Diversidade e dos Projetos de Lei em tramitação que visam à equiparação do casamento civil igualitário, assim como a Lei de Identidade de Gênero conhecida como Lei João W. Nery, em consonância com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) de número 4277 e 4275, respectivamente, votadas pelo

pleno Supremo Tribunal Federal. Marina promete acatar as decisões do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou a celebração de casamento civil de pessoas do mesmo sexo, através da Resolução 175/13, e Guilherme Boulos promete apoiar a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-5120/2013, dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que reconhece o casamento civil igualitário e garante a todos os casais, do mesmo ou de diferente sexo, os mesmos direitos na lei, além de “revisar o conceito de família utilizado nos programas habitacionais e de moradia e outros programas sociais e políticas públicas, para abarcar todas as famílias, independentemente da orientação sexual e/ou identidade de gênero de seus membros”.

Por fim, alguns candidatos se comprometem a fortalecer, ampliar ou aprimorar a Estratégia de Saúde da Família (Aickmin, Haddad, Marina); criar uma rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar para estabelecer um Plano de Desenvolvimento Familiar (Marina); apoiar a agricultura familiar (Marina, Haddad) e ampliar a política nacional de segurança alimentar e nutricional (Haddad); e a melhorar a qualidade das vagas/fortalecer as políticas voltadas para a pré-escola (Haddad).

Sobre a melhoria da **educação**, as promessas centrais estão relacionadas à valorização do corpo docente e ao currículo escolar, porém, muitas vezes são apresentadas a partir de uma perspectiva pautada em valores morais: Eymael propõe “introduzir, no ensino fundamental, a disciplina Educação Moral e Cívica”, enquanto Bolsonaro promete “mais matemática, ciências e português, sem doutrinação ou sexualização precoce” e modernizar o conteúdo, o que “inclui alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”.

1. Direitos das mulheres/políticas de igualdade de gênero

Quanto a propostas para promoção da equidade de gênero e dos direitos das mulheres, a candidatura que mais propostas apresentou para ampliar e consolidar os direitos das mulheres foi a de Ciro Gomes (51), seguido por Boulos (45). Por motivos de didática, categorizamos os temas relativos aos direitos das mulheres de acordo com as áreas de atuação do CFEMEA: Poder e Política (25 propostas), Saúde/Direitos Sexuais e Reprodutivos (30 propostas), Direitos Humanos/Combate à Violência de Gênero (20 propostas), e Autonomia Econômica, Trabalho e Proteção Social (56 propostas). Adicionamos também uma área chamada Cidadania, para englobar direitos civis (liberdade religiosa e casamento igualitário, por exemplo), assistência social e direito à habitação/ terra (16 entradas) e outra referente à educação e à cultura (8 propostas).

Tabela 3: Propostas de candidat@s à Presidência e Vice-Presidência da República para igualdade de gênero e políticas para mulheres, 2018		
Candidat@	Tema	Descrição da proposta
Álvaro Dias e Paulo Rabelo	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	acesso universal à creche às mães que trabalham (eixo Família Unida)
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	O Programa Minha Casa Minha Vida deverá ser reforçado, recebendo recursos adicionais,
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Apoio à gestão das associações produtivas das comunidades da floresta e a implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das cadeias produtivas;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Ampliação da rede de ensino Infantil, Fundamental e Médio: • As creches deverão oferecer permanência em período integral;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Ampliação da rede de ensino Infantil, Fundamental e Médio: • Pelo menos 50% das escolas destinadas ao ensino fundamental II (11 a 14 anos) e ao ensino médio deverão ofertar cursos em período integral;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	Reforço aos programas bem-sucedidos do SUS – a estratégia de saúde da família (ESF), o programa de controle de HIV/AIDS, o programa de transplante de órgãos e o sistema nacional de imunização
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	Implementação de medidas para prevenção da violência contra as mulheres, através de parceria com estados e municípios.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	programa de atenção à gestante e de acompanhamento do desenvolvimento da criança, inclusive nutricional, no âmbito do Programa Saúde da Família;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	uma oferta suficiente de creches incluindo a programação de atividades para o desenvolvimento do raciocínio das crianças;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	gestantes: um atendimento hospitalar rápido quando necessário e o acompanhamento de assistentes sociais em ambientes sociais e familiares mais vulneráveis.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	As vagas nas creches devem atender a toda a população que necessita desse serviço, mas deve ser priorizado o atendimento às jovens mães que se encontram em condições mais vulneráveis e necessitam trabalhar e/ou estudar.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	Estímulo às manifestações culturais que propiciam a inclusão social e a cultura periférica de rua, como as danças, grafites e slams.
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	necessária uma atenção especial às mulheres no que diz respeito ao seu papel como foco de políticas públicas. Um programa com foco de gênero sinaliza uma mudança de atitude frente aos processos sociais, reconhecendo que a mulheres e homens são atribuídos papéis diferentes na vida cotidiana o que, portanto, geram diferentes necessidades de ação estatal. Políticas para mulheres precisam ser pensadas tanto em um contexto de urgência por exemplo, como o aumento de acesso a creches públicas, assim como tendo em vistas efeitos de mais longo prazo como o fortalecimento de leis e programas que facilitem a inserção das mulheres nos meios produtivos. A autonomia das mulheres, e a melhoria de sua situação no que concerne ao seu status político, social, econômico e

		de Saúde é uma preocupação fundamental para uma sociedade com vistas ao desenvolvimento pleno. Portanto, propomos uma série de medidas orientadas às políticas de Gênero.
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	Recriação da Secretaria das Mulheres;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Restauração e incentivo da realização de conferências de mulheres a nível subnacional e nacional para facilitar o mapeamento dos problemas enfrentados, assim como o desenvolvimento colaborativo de novas políticas públicas;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Garantia da aplicação efetiva da reserva de 30% das candidaturas para mulheres, estipulada pela lei de cotas;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Defesa da paridade de mulheres na política;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Promoção de campanhas com foco no aumento das mulheres no poder político, com vistas ao alcance da paridade;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Incentivo ao treinamento de mulheres candidatas, com vistas ao alcance da paridade;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Atuação junto aos órgãos competentes para garantir a segurança das candidatas e eleitas.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Adoção de medidas apropriadas para melhorar a capacidade das mulheres para obter renda para além das ocupações tradicionais, com vistas à autonomia econômica;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Garantia de acesso igual das mulheres ao mercado de trabalho e aos sistemas de seguridade social;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Aumento do número de vagas disponíveis em creches, possibilitando que as mães tenham mais tempo para se inserirem no mercado produtivo de forma plena;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Fortalecimento de programas de qualificação profissional;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Implementação de programas de microcrédito e treinamento de microempreendimentos com atenção às mulheres;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Criação de leis e programas que ajudem a proteger as trabalhadoras informais;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Garantia do cumprimento da lei no caso das trabalhadoras domésticas;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Garantia do cumprimento da regra que determina a igualdade de salários de homens e mulheres quando na mesma função e mesma carga horária;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Garantia do cumprimento da proibição de práticas discriminatórias por empregadores contra as mulheres, tais como as baseadas em provas de uso de contraceptivos ou gravidez;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Garantia do cumprimento das regras que permitem às mulheres combinar os papéis de gravidez, amamentação e criação dos filhos com a participação na força de trabalho.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Eliminação do uso de material de ensino e Educação/ Cultura estereotipados, que reforçam o papel da mulher como menos apta ao mundo da produção ou mais aptas à esfera doméstica;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Promoção de programas de liderança entre meninas;

Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Ampliação de programas de incentivo para mulheres nas ciências exatas.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Combate à evasão escolar de adolescentes grávidas, com focos nos estados do Norte e Nordeste, onde esses dados permanecem altos;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Garantia de alfabetização para mulheres que já passaram da idade escolar tradicional;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Fortalecimento de programas que combatam as desigualdades de raça/etnia, principalmente no acesso às universidades.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	Oferta de Educação/ Cultura informativa para atenção à prevenção da gravidez com foco em jovens de ambos os sexos, direcionada ao fortalecimento dos direitos reprodutivos e informações sobre métodos contraceptivos;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	n Garantia de condições legais e de recursos para a interrupção da gravidez quando ocorrer de forma legal, combatendo a criminalização das mulheres atendidas nos pontos de atendimento na saúde;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	n Combate à violência obstétrica, com o fortalecimento de programas que incentivem o parto natural e a humanização do SUS.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Garantia da aplicação e meios para a efetividade da Lei Maria da Penha;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Incentivo à criação de novas delegacias de atenção à mulher;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Implementação de políticas públicas de proteção, apoio e atenção às mulheres com a melhoria no atendimento às mulheres em situação de violência;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Fortalecimento dos programas de treinamento dos profissionais de saúde e da polícia voltados para atender mulheres vítimas de violência;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Identificação e enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres encarceradas, especialmente as grávidas.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Promoção da sensibilização e capacitação dos profissionais de direito através de fóruns, seminários, palestras e debates abordando temas específicos como discriminação racial e violência sexual contra mulheres afrodescendentes;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Implantação das convenções 100, 101 e 169 da Organização Internacional do Trabalho no que concerne à discriminação em matéria de emprego, salário e profissão;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Aprimoramento dos mecanismos de fiscalização contra as práticas de assédio sexual e discriminação racial na ocupação de vagas no mercado de trabalho;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Instituição de mecanismos de controle social do uso depreciativo de imagem de mulheres negras nos meios de comunicação;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Garantia da implementação e execução do Plano Nacional de Políticas para as mulheres negras;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	• Garantia do atendimento universal à Educação/ Cultura infantil e participação direta na criação e ampliação de espaços de formação profissional e tecnológica gratuita, na cidade e no campo.
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	• Fortalecimento de políticas e programas de atenção às jovens mulheres em situação de vulnerabilidade.
Fernando Haddad e Manuela	poder e política	Defenderemos também a adoção da paridade de gênero e de cotas de representatividade étnico-racial na composição das listas,

Fernando Haddad e Manuela	poder e política	o governo Haddad recriará, com status de ministério, as pastas de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e para Promoção da Igualdade Racial, reconhecendo que a igualdade de gêneros e a igualdade racial são traços estruturantes de nosso projeto de democratização da sociedade brasileira.
Fernando Haddad e Manuela	poder e política	Haddad retomará a centralidade das políticas para as mulheres, afirmando o protagonismo das mulheres no novo ciclo de desenvolvimento Brasileiro
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	políticas que promovam a autonomia econômica das mulheres, a igualdade de oportunidades e isonomia salarial no mundo do trabalho, bem como o incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres.
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	A aprovação da PEC das Trabalhadoras Domésticas foi fundamental e precisa ser consolidada.
Fernando Haddad e Manuela	poder e política	Na ótica transversal, o impacto de gênero servirá como eixo de avaliação necessário à formulação e à execução de toda e qualquer política pública, com participação direta do Ministério das Mulheres.
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	É preciso avançar na expansão dos direitos das mulheres e dos bebês, visando ampliar o valor e o tempo do seguro-desemprego para as gestantes e lactantes
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, por meio da integração e ampliação dos serviços e medidas preventivas de proteção e de atenção, como a Casa da Mulher Brasileira, e as promovidas pelo enfrentamento ao feminicídio, e com a Lei Maria da Penha.
Fernando Haddad e Manuela	Saúde e DSDR	promoveremos a saúde integral da mulher para o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos
Fernando Haddad e Manuela	Saúde e DSDR	Haddad retomará as políticas de saúde para as gestantes e de combate à mortalidade infantil
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	apoiará fortemente os municípios para a ampliação das vagas em creche, que, além de representar um direito dos bebês e crianças, contribui para a autonomia das mulheres.
Fernando Haddad e Manuela	poder e política	Ademais, enfrentaremos a criminalização dos movimentos sociais.
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	O governo Haddad vai incorporar as famílias em condição de pobreza sem acesso ao Bolsa família e promoverá a universalização da segurança de renda e ampliação de cobertura quanto a fatores de insegurança e desproteção social, especialmente inclusão produtiva.
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Retomada do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV);
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	• Reforçar os investimentos no programa Bolsa Família, incluindo aqueles que voltaram à pobreza com o golpe;•
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Implantação do programa nacional de apoio às atividades da economia social e solidária.
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	O fortalecimento do empreendedorismo e o apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPE) são fundamentais para o desenvolvimento do país e a retomada do crescimento econômico, por isso daremos prioridade ao incentivo as elas.

Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	É preciso recuperar a imagem do país, combater o turismo sexual
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) será retomado com modificações relevantes para que possa ser uma ferramenta que contribua com a estratégia da nova política urbana.
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	aperfeiçoamento do PMCMV, buscando privilegiar a localização dos conjuntos habitacionais em áreas consolidadas, dotadas de infraestrutura urbana e mais próximas dos Empregos.
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	Para assegurar cidades mais iluminadas, o governo federal vai apoiar, por meio de PPP, os municípios de todo país a trocar sua iluminação pública por iluminação a LED, que, além de reduzir drasticamente o consumo de energia, contribui para a segurança e mobilidade das pessoas.
Geraldo Alckmin e e Ana Amélia	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	incrementar o programa Bolsa Família, aumentando os benefícios para os mais necessitados
Geraldo Alckmin e e Ana Amélia	Saúde e DSDR	ações voltadas à prevenção da gravidez precoce, adotando estratégias educativas de sensibilização de adolescentes e apoio integral no caso de gestação
Geraldo Alckmin e e Ana Amélia	Dhs/ combate à violência	pacto nacional para a redução de violência contra idosos, mulheres e LGBTI e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência racial e contra tráfico sexual e de crianças
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	política específica para micro e pequenas e médias empresas nacionais.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	formas organizativas cidadãs, cooperadas e locais da vida coletiva/comum a partir de uma política de subsídio: refeitórios e cozinhas comunitárias, arquitetura popular, pequenas produções e comércios locais e suas organizações, Educação/ Cultura popular e cursinhos comunitários, agroecologia, ocupações culturais, grupos territoriais de fiscalização e denúncia da abordagem e violência policial; grupos de autocuidado de compartilhamento de saberes sobre saúde, corpo, alimentos, plantas medicinais; autonomia reprodutiva, autonomia econômica de mulheres.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Financiamento público de campanhas,
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Restringir o auto-financiamento de candidato;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Voto proporcional em listas partidárias preordenadas com alternância de gênero;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Garantia de representação negra e indígena na forma de cotas nas chapas proporcionais
Guilherme Boulos e	poder e política	Democratização dos partidos: eleições internas com cotas para mulheres e negrxs (com financiamento partidário,

Sonia Guajajara		justo, transparente e igualitário);
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Fim da reeleição indefinida para os cargos do legislativo.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	ações afirmativas capazes de incluir na magistratura e nos quadros de servidores públicos da justiça pobres, mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	iii. Combate a todas as formas de feminicídio; iv. Fim dos autos de resistência que “legalizam” as execuções extrajudiciais; v. Políticas de combate à violência doméstica, destinação de recursos necessários para a plena aplicação da Lei Maria da Penha
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	pop negra: iii. Saúde da mulher e da obrigação do governo com financiamento de políticas efetivas.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Extensão de todas as leis trabalhistas para todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	A descriminalização e legalização do aborto de forma segura e gratuita é uma das pautas a serem defendidas como condição de vida das mulheres cis e homens trans em nosso país
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	Uma recente ADPF construída pelo PSOL e a ANIS-Bioética objetiva garantir o direito de escolha da mulher sobre seu próprio corpo e tramita no Supremo Tribunal Federal.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	Pacto Nacional contra a Violência e Pela vida das Mulheres. 1% do PIB para combate à violência contra a mulher! Estabelecer um programa interfederativo que garanta a vida das mulheres
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	i. Centros de referências de atendimento à mulher em cada região do país, em todas as cidades, a fim de facilitar o acesso das mulheres ao serviço
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	ii. Casas de acolhimento provisório para mulheres
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	iii. Patrulhas municipais Maria da Penha com a utilização de viaturas da guarda municipal na realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência Doméstica;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	iv. Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) 24 horas por dia e 7 dias por semana.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	2. Reduzir a desigualdade de gênero no mundo do trabalho: Salário igual para trabalho igual! Garantia da proteção legal às empregadas domésticas
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	3. Pela socialização do trabalho doméstico com ampliação de serviços comunitários e coletivos, como restaurantes e lavanderias;

Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	4. Ampliação e universalização do acesso à creche para todas as crianças.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	6. Garantir o acesso a unidades de saúde, tais como postos de saúde e hospitais, com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher, bem como assegurar tratamento profissional adequado e respeitoso às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	Implantar de forma efetiva a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e avançar na política de saúde da mulher.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	8. Desenvolver programas de Educação/ Cultura sexual, de prevenção da DST/AIDS e planejamento familiar para homens e mulheres com garantia de acesso permanente a diversos métodos anticoncepcionais e contraceptivos, inclusive pílula do dia seguinte;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	9. Assegurar o procedimento de interrupção gestacional nos casos já previstos em lei em toda a rede pública de saúde;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	10. Descriminalizar, de acordo com a proposta apresentada na ADPF 442, de autoria da Anis e/ PSOL; e legalizar o aborto de forma segura e gratuita nos termos do PL 882/2015;10.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	11. Promover a atenção obstétrica e neonatal qualificada e humanizada, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições Inseguras
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	12. Efetivar ações de assistência que previnam e tratem o câncer cervicouterino e de mama na população feminina cis e transmasculina;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	14. Implantar projetos de modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs);
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	15. Programar, através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, ações voltadas aos agravos à saúde das trabalhadoras;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	16. Oferecer atendimento público e humanizado para mulheres cis, travestis, transexuais e crianças, em situação de vulnerabilidade, tais como: moradora em situação de rua, de prostituição, drogas;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	19. Criação de serviços especializados de psiquiatria e psicologia nos hospitais de referência de atendimento à mulher,
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	20. Um programa feminista de capacitação e formação continuada para profissionais dos serviços públicos da Educação/ Cultura, saúde, cultura, turismo, comunicação e segurança;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	21. Discussão de gênero nas escolas;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	22. Criação de espaços de referência para atendimento e acolhimento de mulheres egressas do sistema prisional e suas famílias;
Guilherme Boulos e Sonia	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	• Defender que a atual "licença maternidade" seja transformada em "licença parental", permitindo que cada casal administre a distribuição do tempo, sem

Guajajara		distinção legal entre pai e mãe ou por orientação sexual e/ou identidade de gênero.*
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	iv. Reconhecimento das organizações de prostitutas como atores legítimos na busca por seus direitos;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	ii. Implementar uma política de atenção integral à saúde de trabalhadores/as sexuais;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	A União, em parceria com os municípios e o Distrito Federal, trabalhará para garantir e ampliar a oferta de vagas em creches para a população de 0 a 3 anos, por meio de reconhecimento do valor por aluno, compatível aos custos reais desta etapa de ensino no âmbito do FUNDEB, programa arrojado e pactuado de construção e aparelhamento de unidades e da valorização dos profissionais da Educação/ Cultura;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	vi. A União, em parceria com estados, municípios e Distrito Federal, trabalhará para estender o atendimento em tempo integral, de forma integrada e intersetorial, em toda a Educação/ Cultura básica
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	objetivo das políticas de igualdade no mundo do trabalho deve ser garantir que as pessoas, independentemente do sexo, raça e etnia, sejam igualmente valorizadas e remuneradas. Assim, pode-se avançar na conjugação de igualdade e diversidade. ii. Ratificação da Convenção 100 da OIT (salário igual para trabalho igual); iii. Ampliação de cotas no serviço público. objetivo das políticas de igualdade no mundo do trabalho deve ser garantir que as pessoas, independentemente do sexo, raça e etnia, sejam igualmente valorizadas e remuneradas. Assim, pode-se avançar na conjugação de igualdade e Diversidade.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Certificar, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, os trabalhadores em empreendimentos de economia solidária, assegurando que a autogestão é a forma de organização dos Empreendimentos.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	9. Aumentar o valor do Programa Bolsa Família para transformá-lo em uma Renda Básica de Cidadania Universal, como política pública e direito social
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	vii. Retomar um papel ativo e propositivo nos BRICs, promovendo a instituição de políticas de gênero, participação e acesso à informação, além de salvaguardas sociais e ambientais no Banco dos BRICS, tal como já existe em outras instituições financeiras Internacionais
Henrique Meirelles e Germano Rigotto	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres, respaldado pela nova lei do trabalho aprovada em 2017. Incentivar a redução da diferença salarial entre homens e mulheres, respaldado pela nova lei do trabalho aprovada em 2017.
Henrique Meirelles e Germano Rigotto	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Criar o Pró-Criança, oferecendo, nos moldes do Prouni, a todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família o direito de optar por colocar seus filhos em creches particulares.
Henrique Meirelles e Germano Rigotto	Saúde e DSDR	Fortalecer e ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família;
Jair Bolsonaro e General	segurança pública	combater o estupro de mulheres e crianças

Mourão		
Jair Bolsonaro e General Mourão	Saúde e DSDR	Saúde bucal e bem estar da gestante. Estabelecer nos programas neonatais em todo o país a visita ao dentista pelas gestantes .Onde isso foi implementado, houve significativa redução de prematuros
Jair Bolsonaro e General Mourão	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Acima do valor da Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras
Jair Bolsonaro e General Mourão	Dhs/ combate à violência	“combater o estupro de mulheres e crianças”
João Amoedo e professor Christian	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Expansão do acesso ao ensino infantil e creches.
João Amoedo e professor Christian	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Manter e melhorar o Bolsa Família.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Erradicar o trabalho escravo e a super-exploração do trabalho da mulher.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Tornar realidade o princípio do pagamento de salário igual para trabalho igual.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Ampliar a licença maternidade para o período de um ano
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	No caso do ensino infantil, nosso compromisso é zerar o déficit de creches e pré-escolas em quatro anos. Atualmente, apenas 22,53% das crianças de 0 a 3 anos estão nas creches, na maioria terceirizadas e despreparadas, que servem apenas como locais de permanência de crianças para os pais poderem trabalhar. Devemos encarar o ensino infantil – dividido em creche, de 0 a 3 anos, e pré-escola, de 3 a 6 anos - como parte da formação educacional. A Educação/ Cultura infantil deve ser ministrada por profissionais preparados para lidar com a criança nesta importante fase da vida.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	18. Nossa política será absolutamente intolerante com qualquer tipo de discriminação. Combateremos todas as formas de preconceito e discriminação – econômico-social, racial, étnica, religiosa, etária, regional, sexual, por deficiência – que dividem o povo e dificultam a sua união em torno das causas nacionais.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	o principal termômetro do avanço ou atraso de uma sociedade é a situação da mulher. Existe, em nossa sociedade, vários obstáculos à afirmação da mulher enquanto ser humano, em igualdade com o homem. Cabe ao Estado proporcionar às mulheres todas as garantias para que possam se desenvolver plenamente. Estamos, ainda, em uma situação tão irracional, que a quase completa falta de proteção à maternidade faz com que esta apareça como um obstáculo ao desenvolvimento profissional e espiritual da mulher.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	fazer com que a licença-maternidade seja algo além de uma ansiosa contagem regressiva para as agruras e dificuldades de uma vida com carga dupla ou tripla, com a volta ao trabalho. Exatamente o que a maternidade não pode ser é uma carga que impeça a mulher de trabalhar, de estudar, de se realizar
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Saúde e DSDR	Assim, a questão do aborto – é evidente que o dispositivo do Código Penal que pune a mulher que fizer um aborto induzido com três anos de prisão tem que ser abolido – poderá se restringir aos casos previstos em lei, com atendimento pelo sistema público de saúde. Para isso, evidentemente, o Estado deve proporcionar o acesso das

		mulheres aos meios anticoncepcionais modernos.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Para combater essa discriminação, aprovaremos, no Congresso, uma lei, estabelecendo salário igual para trabalho igual, com as devidas punições a quem infringi-la.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	O Estado tem, também, que assumir seu papel em relação ao apoio à família, reduzindo a carga de trabalho que recai sobre as mulheres, ao desenvolver equipamentos sociais que reduzam as tarefas domésticas.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Aumentaremos a licença maternidade, para que a mãe possa dar assistência plena e integral a seu filho durante um ano, na fase mais importante de sua vida, para seu desenvolvimento.
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Para garantir a participação da mulher no mercado de trabalho, vamos zerar o déficit de creches e assegurar o direito da criança, de 0 a 3 anos, à creche em horário integral, com profissionais preparados para darem assistência, prestarem cuidados e promoverem Educação/ Cultura infantil de qualidade, para que cada uma tenha em seus anos iniciais de vida, toda a base necessária para sua formação e constituição como pessoa íntegra e cidadão pleno
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Dhs/ combate à violência	A violência contra a mulher, um produto da discriminação e do preconceito que vê as mulheres como seres inferiores, será combatida através de policiamento específico – policiais femininas, delegacias da mulher, que devem ser restabelecidas, e outros aparelhamentos públicos.
Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Nossas metas incluem a ampliação da oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos dos atuais 30% para 50% em todo o país e a universalização da Educação/ Cultura infantil, na faixa etária de 4 a 5 anos, em cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação/ Cultura (PNE).
Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Com a ampliação das creches e a universalização da Educação/ Cultura infantil, atingiremos, ainda, outro objetivo fundamental: o aumento da inserção de mães no mercado de Trabalho.
Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Incentivaremos a expansão da Educação/ Cultura integral, respeitando os tempos e as especificidades de cada localidade
Marina e Eduardo Jorge	Saúde e DSDR	Promoveremos as ações de saúde integral das mulheres e de seus direitos reprodutivos e sexuais envolvendo ações preventivas e efetividade dos Programa de Planejamento Reprodutivo e Planejamento Familiar, além da oferta de contraceptivos pelas farmácias populares e estímulo ao parto humanizado.
Marina e Eduardo Jorge	Saúde e DSDR	A prevenção e atendimento à gravidez na adolescência, que representou 17,5% das crianças nascidas em 2016, contará com uma política integrada das áreas de Educação/ Cultura e saúde.
Marina e Eduardo Jorge	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são fundamentais para atender a situação emergencial das pessoas que se veem impossibilitadas de prover suas necessidades básicas. Estes programas devem ser preservados e reconhecidos como direitos assegurados por lei e devem ser associados às condições para a inclusão produtiva e garantia do direito a oportunidades. Estudaremos, ainda, as possibilidades da implantação de programa de renda mínima Universal.
Marina e Eduardo Jorge	Dhs/ combate à violência	a ampliação das políticas de prevenção à violência contra a mulher, o combate ao feminicídio e a qualificação da rede de atendimento às vítimas.
Marina e Eduardo Jorge	Dhs/ combate à violência	O tráfico interno e internacional de pessoas, bem como o turismo sexual, que atingem majoritariamente as mulheres, serão enfrentados com rigor.

Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Para fortalecer o direito à igualdade, a autonomia e liberdade das mulheres, promoveremos políticas que enfrentem a discriminação no mercado de trabalho, com o objetivo de garantir igualdade salarial para mulheres e homens que exerçam as mesmas funções e a ampliação da participação de mulheres em cargos e posições de tomada de decisão.
Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Oferecemos apoio ao empreendedorismo feminino, por meio de acesso a crédito e microcrédito e capacitação profissional.
Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Para garantir o direito ao trabalho e à Educação/ Cultura de mães, estimularemos a ampliação da oferta de vagas em creches em tempo integral e o compartilhamento dos cuidados dos filhos com os pais, com a ampliação do tempo de licença paternidade e a construção de um modelo que possibilite uma transição gradual para um sistema de licença parental, que possibilite o compartilhamento do período de licença entre mães e pais, sem prejuízo do tempo de licença já conquistado pelas mulheres.
Vera e Hertz	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Pelo fim de toda a opressão! Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia! A juventude pobre e negra sofre um verdadeiro genocídio nas periferias. A cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Sem falar nas que morrem vítimas de aborto clandestino. Este país é também o que mais mata LGBT's no mundo. Uma vítima a cada 19h. Esses números são produtos da exploração, da desigualdade e da opressão imposta pelo capitalismo. Defendemos o combate ao racismo e ao mito da democracia racial: Por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos.
Vera e Hertz	Dhs/ combate à violência	Em defesa da mulher trabalhadora, combatemos todo tipo de violência à mulher;
Vera e Hertz	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Por igualdade de direitos e salários;
Vera e Hertz	Saúde e DSDR	aborto livre, público e gratuito.

Percebe-se, portanto, que propostas relacionadas ao mundo do trabalho representam o maior foco d@s presidenciais, o que é compreensível diante do número elevado de desempregados no país que superou os 13 milhões de pessoas. Por fim, assim como observamos nas eleições municipais de 2016, neste pleito nacional a preocupação com a violência sexista não se mostrou prioritária, apesar de a violência doméstica custar quase R\$ 1 bilhão por ano, conforme estudo da Universidade Federal do Ceará (UFC) com base na Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica Familiar contra a Mulher (PCSVDF Mulher) e na Lei Maria da Penha¹⁴, e termos tido um

¹⁴https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/violencia-contra-mulher-custa-ao-menos-r-1-bilhao-por-ano/?utm_term=OUma+tentativa+de+manter+o+status+quo%2C+declara+especialista+em+genero+e+internet+sobre+ataques+ao+grupo+Mulheres+contra+Bolsonaro&utm_campaign=Contatos+Geral&utm_source=e-goi&utm_medium=email

incremento nos índices de violência contra as mulheres, notadamente dos casos de violência sexual e feminicídio.

No campo **Poder e Política**, três candidatos apresentaram propostas específicas para mulheres: Ciro Gomes (11 ações), Guilherme Boulos (9 ações) e Fernando Haddad (5). Sete dessas propostas vinculadas aos direitos políticos das mulheres têm interseções com igualdade racial. Em geral, as principais propostas estão centradas em cinco áreas: políticas públicas e instituições com foco de gênero, sistema eleitoral e partidário, democratizar o Judiciário, representação simbólica das mulheres, por exemplo, instituindo mecanismos de controle social do uso depreciativo de imagem de mulheres negras nos meios de comunicação, e combate à criminalização dos movimentos sociais.

Boa parte dessas promessas vão ao encontro dos anseios da população: pesquisa recente do Ibope e da ONU Mulheres¹⁵ apontou que 81% d@s brasileir@s entendem que a presença de mulheres na política e em outros espaços de poder e decisão aprimora a política em si e os demais espaços, e 77% d@s brasileir@s acham que ter metade de parlamentares homens e metade mulheres deveria ser obrigatório para casas legislativas, sendo que entre as mulheres entrevistadas, o índice de concordância com a medida é de 82% e, entre os homens, de 71%. Não apresentaram propostas em relação a esse bloco: Álvaro Dias, Cabo Daciolo, Eymael, Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Jair Bolsonaro, João Amoedo, João Goulart Junior, Marina e Vera.

Na área **Saúde/Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**, tivemos 30 propostas (16 de saúde e 14 de DSDR). A maioria esmagadora está centrada na questão da maternidade, reproduzindo o papel tradicional feminino como mãe e cuidadora. Este foco não é novidade. Nossa própria legislação trata mais da maternidade e das crianças do que das mulheres como seres autônomos, quando lida com essa área temática. Observamos, por exemplo, uma proteção à maternidade que não está presente da mesma forma com relação aos direitos sexuais e reprodutivos, , vide a baixa efetividade das ações de planejamento familiar, de educação sexual e no acolhimento das vítimas de violência sexual.

¹⁵<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/77-apoiam-numero-igual-de-parlamentares-homens-e-mulheres-aponta-pesquisa-ibope-onu-mulheres/>

Até mesmo nossos benefícios trabalhistas se orientam a proteger as mulheres na sua fase reprodutiva e nos cuidados com filh@s nos primeiros meses de vida, não à conciliação de trabalho e família ao longo de todo o ciclo da vida familiar. O acompanhamento de filh@s em questões de saúde, por exemplo, que representa 50% das negociações entre trabalhadoras e empregadores, está previsto na legislação apenas 1 dia por ano (CLT, art. 473, XI - um dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos de idade em consulta médica).

Nossa legislação, com compromissos estabelecidos na Constituição e na CLT, reforça a construção cultural que considera reprodução/cuidados com os filh@s uma atribuição majoritariamente feminina. Muito discretamente, em 2016, uma lei que alterou as regras celetistas, admitiu aos homens o afastamento de até 2 dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira (CLT, art. 473, inciso X). Muitas vezes a mãe-mulher é secundarizada e o foco passa a ser o bebê. Por exemplo, a proibição de demissão da grávida é vista pela jurisprudência trabalhista não representando garantia à mulher-trabalhadora, e sim de proteção à subsistência da criança. Pouco se leva em consideração as necessidades das mulheres após o nascimento do bebê, mas a sua capacidade de amamentação durante período que importa para a saúde do bebê, tanto assim que a legislação trabalhista admite intervalos apenas para amamentação, no período necessário “para a saúde do filho” (art.396 - CLT).

As propostas d@s presidenciáveis reafirmam esse papel tradicional feminino vinculado à maternidade. Seus programas raramente mencionaram o acesso a procedimentos como laqueadura, colocação de DIU e outros métodos que limitam ou negam a gravidez, e assegurem o exercício da vida sexual das mulheres sem o propósito reprodutivo. As propostas para saúde das mulheres foram apresentadas por cinco candidatos (Ciro Gomes, Henrique Meirelles, Jair Bolsonaro, Fernando Haddad e Guilherme Boulos) e estão quase que integralmente voltadas a reforçar os programas do SUS. Uma pequena parcela das promessas nos planos de governo publicados foi sobre direitos reprodutivos. O tema dos direitos sexuais apareceu em somente 14 propostas de seis candidat@s (Alckmin, Ciro, João Goulart Filho, Marina, Vera, Haddad e Boulos) e houve menção à interrupção da gravidez somente nos planos de Ciro, João Goulart e Boulos: “garantia de condições legais e de recursos para a interrupção da gravidez quando ocorrer de forma legal, combatendo a criminalização das mulheres atendidas nos pontos de atendimento na saúde” (Ciro Gomes); “a questão do aborto – é evidente que o dispositivo do Código Penal que pune a mulher que fizer um aborto induzido com três

anos de prisão tem que ser abolido – poderá se restringir aos casos previstos em lei, com atendimento pelo sistema público de saúde” (João Goulart Filho); “aborto livre, público e gratuito” (Vera); “a descriminalização e legalização do aborto de forma segura e gratuita é uma das pautas a serem defendidas como condição de vida das mulheres cis e homens trans em nosso país” (Boulos).

Já no campo dos **Direitos Humanos e do Combate à Violência de Gênero**, identificamos 20 propostas, das quais 6 foram encontradas no plano de governo de Ciro Gomes e 6 no de Guilherme Boulos, os dois candidatos que mais trataram do tema. Álvaro Dias, Cabo Daciolo, Eymael, Henrique Meirelles, Jair Bolsonaro e João Amoedo não apresentaram propostas. Ou seja, foram pouquíssimas propostas, muito aquém da urgência de se lidar com o problema. Essa negligência não está limitada aos planos de governo, ela se estende para o discurso d@s presidenciais. No 12º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (realizado em 20 de agosto), promoveu-se um debate com coordenador@s setoriais da área da segurança pública de 7 candidaturas à Presidência da República (tod@s @s presidenciais foram convidad@s, mas compareceram apenas os representantes de Álvaro Dias, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, Guilherme Boulos, Luiz Inácio Lula da Silva - que ainda não havia sido substituído por Haddad, Marina Silva, Vera Lúcia e Henrique Meirelles), que foram convidados a reagir, entre outras questões, à pergunta: “Como pretende enfrentar a violência contra a mulher?” O resultado foi, segundo o professor Renato Sérgio de Lima (FGV EAESP), que “praticamente todas as candidaturas estão com enorme dificuldade de dizer algo sobre como reduzir os mais de 60 mil estupros registrados no país no ano passado e/ou as 220 mil ocorrências de violência doméstica. Várias foram as evasivas ou, mesmo, o completo desconhecimento das particularidades envolvidas. Alguns, inclusive, nem abordaram o tema em suas respostas”¹⁶.

Seguindo a análise, foram contabilizadas 56 propostas para o campo da **Autonomia Econômica, Trabalho e Proteção Social**, tema central do movimento feminista e suas organizações, uma vez que a autonomia econômica é uma ferramenta importante para se desafiar o patriarcado, empoderar a coletividade feminina e combater a violência doméstica. 35 propostas são relativas ao trabalho produtivo, geração de renda e proteção social, enquanto 21 promessas são para equipamentos sociais, como creches. São poucas ações, dada a urgência da questão, visto que no Brasil 84% das crianças

¹⁶<https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2018/08/22/o-que-as-candidaturas-presidenciais-falaram-sobre-violencia-contra-a-mulher/>. Ver também matéria do El País intitulada “O que dizem (e não dizem) os planos de governo e as declarações em diferentes mídias” em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/23/politica/1537716058_696979.html?rel=str_articulo#1537838126113

são cuidadas principalmente pela mãe (Pnad 2015) e que mulheres empregadas fazem mais trabalho doméstico e tarefas do cuidado que homens desempregados: 18,1 horas semanais delas, contra 12 horas semanais deles (Pnad 2017). Por fim, um ponto que teve centralidade nesse tema foi a proteção à mãe trabalhadora: garantia do cumprimento das regras que permitem às mulheres combinar os papéis de gravidez, amamentação e criação dos filhos com a participação na força de trabalho; ampliação do valor e o tempo do seguro-desemprego para as gestantes e lactantes; ampliar a licença maternidade e compartilhamento dos cuidados d@s filh@s.

Trabalhamos com a proteção ao trabalho feminino transcendendo a concepção tradicional limitação à proteção à maternidade e promovendo o debate sobre a flexibilização da jornada de trabalho do ponto de vista das necessidades da família, da vida pessoal e da equidade de gênero e sobre o tema do equilíbrio entre trabalho e responsabilidades familiares. Os males que afligem as mulheres no mundo do trabalho passam também pelos aspectos da discriminação, tanto assim que ainda recebem salários menores e enfrentam maiores barreiras na progressão e na ocupação de espaços de poder e direção, mas também se situam na violência sexista em si mesma, sendo elas as maiores vítimas da prática de assédio sexual e também atingidas pelo adoecimento e desvinculações laborais em razão de assédio moral.

Tem-se reconhecido que os conflitos entre trabalho e vida familiar produzem efeitos negativos sobre a qualidade de vida das mulheres e das crianças, e sobre a produtividade e a saúde d@ trabalhador@s. Infelizmente, esse debate ainda é pouco desenvolvido no Brasil e há poucas medidas de apoio ao equilíbrio entre as demandas do trabalho e da família. Pelo contrário: no país, as mudanças no mercado de trabalho, na legislação modificada de forma sistêmica (por via da conhecida “reforma trabalhista”) e na estrutura da família que ocorreram nas últimas décadas agravaram os problemas da articulação entre trabalho e família. Soluções privadas envolvem custos individuais/sociais elevados, e as políticas públicas ainda não assumiram as responsabilidades familiares como assunto social.

Faltam ainda muitas coisas a serem conquistadas no que se refere ao equilíbrio entre trabalho e família. Exemplos relevantes são: a ampliação dos investimentos públicos na educação infantil (que beneficia a população mais pobre), a veiculação entre relações informais de trabalho e o acesso aos benefícios familiares, o incentivo do debate sobre a flexibilização do trabalho por conta da conciliação com a família entre empresários,

sindicatos, ONGs e poderes públicos, inclusive, adotando políticas “family friendly” como critério para que considerar uma empresa socialmente responsável.

Neste sentido, apontamos a absoluta centralidade dos **equipamentos sociais**, como a construção e a ampliação do atendimento de creches (comunitárias, assistenciais, filantrópicas e em empresas) e do ensino infantil. Foram 21 propostas, sendo que a mais presente foi a promessa de aumentar o número de vagas disponíveis em creches, ou de universalizar o acesso a elas, possibilitando que as mães tenham mais tempo para se inserirem no mercado produtivo de forma plena, para garantir a inserção de mães no mercado de trabalho (Ciro Gomes, Fernando Haddad, Guilherme Boulos, Marina, João Goulart Filho, João Amoedo, Marina).

21 propostas é muito pouco frente ao tamanho do problema. No fim de 2017, apenas 32,7% das crianças de zero a 3 anos estavam matriculadas em creches, em todos os estados do País. Havia a meta de atender 50% das crianças até 2010, mas o prazo foi estendido para 2024. Na campanha de Dilma Rousseff, prometeu-se construir 6.000 creches, mas o objetivo não foi concretizado. Temer tampouco completou o prometido, pois, das 2.759 creches e pré-escolas incluídas no Proinfância (programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que custeia essas construções), 1.429 (52%) estão atrasadas ou sem data de conclusão¹⁷.

Houve 8 propostas no campo da **Educação e da Cultura**, visando a implementação da abordagem de gênero, raça, etnia e direitos sexuais e direitos reprodutivos, como orientações curriculares da educação básica e EJA. Somente dois candidatos manifestaram esse tipo de preocupação ou prioridade: **Ciro Gomes** (7 propostas) e **Guilherme Boulos** (uma). No campo da **Cidadania, Assistência Social e Habitação ou Direito à Terra**, reunimos 16 propostas bastante diversas, apresentadas por **Fernando Haddad** (5), **Guilherme Boulos** (3), **Ciro Gomes** (2), **Alckmin**, **Bolsonaro**, **João Goulart Filho**, **João Amoedo**, **Marina** e **Vera** (uma proposta cada). **Álvaro Dias**, **Cabo Daciolo**, **Eymael** e **Henrique Meirelles** não apresentaram propostas.

A promessa que mais apareceu nesse campo, sem dúvida, foi sobre o Bolsa Família. Até mesmo candidat@s que quase não se manifestaram quanto aos direitos das mulheres (**Alckmin**, **Amoedo** e **Bolsonaro**) tocaram nesse programa, combinação de três programas do governo **Fernando Henrique Cardoso** (1995-1999 e 1999-2003),

¹⁷<https://oglobo.globo.com/brasil/deficit-de-vagas-em-creches-desafiara-novo-governo-22991763>

consolidados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007 e 2007-2011) e expandidos no de Dilma Rousseff. Trata-se uma política aparentemente neutra que, no entanto, tem impacto na vida das mulheres. Segundo Dilma, em discurso proferido no ano de 2012, o Bolsa Família foi feito para mulheres, sendo que 93% dos cartões do programa estavam emitidos em nome de mulheres que passaram a ocupar o lugar de responsáveis pelo orçamento familiar.

Uma política também essencial é o programa Minha Casa Minha Vida, originalmente apresentado por Lula, que oferece financiamento para famílias de baixa renda na aquisição da casa própria, beneficiando, especialmente, mulheres pobres. Em nossa classificação, essa política não é classificada como para mulheres, por ser neutras quanto ao gênero. Mas mencionamos aqui por considerar seu impacto na vida das mulheres, sobretudo após mudança significativa, feita por Dilma por meio de um decreto, que estabelece que, em caso de divórcio, a propriedade fica em nome das mulheres. Foram poucos os candidatos que trataram do MCMV (Ciro Gomes e Haddad).

2. Igualdade racial

85 das 345 propostas incluídas em nosso estudo (24%) foram dedicadas à superação do racismo no Brasil. Os candidatos que mais promessas fizeram neste sentido foram: Guilherme Boulos (35), Ciro Gomes (22), Fernando Haddad (19), Marina (6), Vera (1), Geraldo Alckmin (1) e João Goulart Filho (1). Os outros candidatos (Meirelles, Bolsonaro, Amoedo, Alvaro Dias, Cabo Daciolo, Eymael) não apresentaram propostas para igualdade racial.

O tema mais abordado em relação a igualdade racial foi educação e cultura, com 28 propostas. Os outros temas foram: Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra (19), Poder e política (11), direitos humanos e combate à violência racista (11), saúde (9) e autonomia econômica, trabalho e previdência (7 propostas). O foco prioritário na cultura, em detrimento de áreas como cidadania, combate à violência racista e poder/política são indícios de que os presidentes estão muito mais dispostos a ações de reconhecimento do que de redistribuição de recursos e poder. Por mais que a valorização de culturas de matriz não-européia seja fundamental, é ainda mais urgente garantir o respeito à vida e a garantia de direitos das populações afro-descendentes, indígenas e quilombolas, bem como sua presença nos espaços de poder, decisão e formulação de políticas públicas.

**Tabela 4:
Propostas de candidat@s à Presidência e Vice-Presidência da República
para igualdade racial, 2018**

Candidat@	Tema	Descrição da proposta
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Regularização fundiária de territórios de comunidades tradicionais, quilombos, quilombolas e terras indígenas.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	Estímulo às manifestações e à disseminação da cultura afro-brasileira.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Garantia de uma política de Cidadania e Assistência Social na perspectiva de equidade para os segmentos sujeitos a maiores riscos sociais, como a população negra de rua;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Inclusão da questão da diversidade cultural e religiosa desde a infância, valorizando a história e cultura das diversas etnias africanas;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Desenvolvimento de ações de políticas públicas para o pleno direito de acesso da população negra à justiça e à cidadania;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	n Garantia da adoção de políticas afirmativas por parte de empresas e cooperativas como pré-requisitos ou agregação de pontos de vantagem para as mesmas em processos licitatórios de concorrências públicas, financiamento, subsídios, licenças ou avais em geral; o mecanismo também deve se aplicar a empresas que contratarem jovens negros em conflito com a lei e que estejam cumprindo medidas sócioeducativas;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Fornecimento de material pedagógico adequado para tratamento da questão racial nas escolas, ampliando o acervo das bibliotecas escolares e colocando ao alcance dos alunos a formação correta e não preconceituosa sobre os grupos étnicos raciais discriminados;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Fortalecimento do diálogo federativo em relação ao plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação/ Cultura das relações étnicas raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	Manutenção do ingresso da juventude negra em todas as universidades públicas através do sistema de cotas, assegurando via ações afirmativas a sua permanência nas instituições de ensino;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Expansão do acesso das populações de áreas remanescentes de quilombos, comunidades rurais, ciganas e indígenas às escolas profissionais de ensino técnico;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Promoção de ações de políticas de segurança pública que atuem contra a escalada de violência policial em nosso país, buscando a preservação da vida e cidadania da juventude negra;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	Ampliação do Plano Juventude Viva, fortalecendo o diálogo com as polícias e o sistema de justiça para uma nova concepção de identificação e abordagem dos cidadãos, eliminando o racismo institucional e o preconceito geracional;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Fortalecimento e ampliação do PRONASCI- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, em seu recorte étnico racial, denominado projeto Farol, considerando e priorizando intensificar as ações nas regiões de maior vulnerabilidade social conforme IDH-

		Índice de Desenvolvimento Humano;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	n Capacitação de profissionais de saúde com humanização do atendimento de modo a coibir a xenofobia e discriminação acerca de doenças relativas à população negra;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Celeridade dos processos de titularização das áreas das populações remanescentes de quilombos, dando apoio de infraestrutura, econômica e tecnológica a programas locais de Educação/ Cultura e saúde, além de saneamento básico e água potável;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Garantia do uso das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos a sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à subsistência da comunidade, à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a adesão de estados e municípios;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Estímulo à criação de secretarias de promoção da igualdade racial no âmbito dos estados e municípios;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Desenvolvimento e garantia de recursos para projetos sociais que resgatem a cultura negra, utilizando todas as linguagens de artes;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Incentivo à criação de corredores culturais e de intercâmbio entre as comunidades remanescentes de quilombos;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Realização de ações educativas na mídia que tratem da diversidade racial e ressaltem que o racismo é crime;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Organização de campanha nacional de valorização das contribuições civilizatórias, culturais e tecnológicas da população de matriz africana.
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	Garantia da implementação da lei 11645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como incluir importantes debates que versem sobre diversidade sexual, gênero, igualdade, justiça social e liberdade, de modo a garantir a democratização e humanização das escolas;
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	enfrentamento ao racismo institucional e à violência genocida contra os povos originários e de matriz africana ainda perpetuados no Estado Democrático de Direito.
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Serão implementadas e impulsionadas ações afirmativas nos serviços públicos para corrigir as desigualdades raciais ainda fortemente presentes no mundo do trabalho.
Fernando Haddad e Manuela	Saúde e DSDR	será implantado o quesito cor em todas as áreas de atendimento à saúde e no desenvolvimento de campanhas, e será ampliada a fiscalização para coibir a discriminação racial no SUS, detectada por pesquisa do Ministério da Saúde em 2014.
Fernando Haddad e Manuela	poder e política	Na ótica transversal, também o impacto racial servirá como eixo de avaliação necessária à formulação e à execução de toda e qualquer política pública, com participação direta do Ministério da Promoção da Igualdade Racial.
Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	o governo federal adotará medidas para a indução da valorização dos negros e negras, visando a equiparação salarial e maior presença nos postos de chefia e direção.

Fernando Haddad e Manuela	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Para além disso, serão desenvolvidas campanhas e ampliada a fiscalização contra discriminação racial nas relações trabalhistas. Para além disso, serão desenvolvidas campanhas e ampliada a fiscalização contra discriminação racial nas relações trabalhistas.
Fernando Haddad e Manuela	poder e política	aumentar significativamente a presença das mulheres e de negras/os nas instâncias de decisão do Poder Executivo, sobretudo na composição dos ministérios, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e Ministério Público.
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	Plano Nacional de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica.
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Haddad promoverá a dignidade humana, o viver bem e a produção nos territórios camponeses, e o direito à terra, ao território e à cultura dos povos do campo, das florestas e das águas. Promoveremos a reforma agrária, a titulação das terras quilombolas e a demarcação das áreas indígenas
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	promoverá o direito dos migrantes por meio de uma Política Nacional de Migrações e reconhecerá, de forma ampla, os direitos de Refugiados.
Fernando Haddad e Manuela	Educação/ Cultura	retomará os investimentos na Educação/ Cultura do campo, indígena e quilombola, desenvolvendo políticas voltadas à formação de professores, construção e reforma de escolas, transporte e alimentação escolar.
Fernando Haddad e Manuela	Educação/ Cultura	As ações de Educação/ Cultura para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade serão fortalecidas;
Fernando Haddad e Manuela	Educação/ Cultura	serão massificadas políticas de Educação/ Cultura e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTfóbica.
Fernando Haddad e Manuela	Saúde e DSDR	políticas intersetoriais de saúde. Serão implantadas ações voltadas para a saúde das mulheres, pessoas negras, LGBTI+, idosos, crianças, juventudes, pessoas com deficiência, população em situação de rua, população privada de liberdade, imigrantes, refugiados e povos do campo, das águas e das florestas.
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	serão adotadas políticas intersetoriais que deem qualidade aos serviços públicos nos territórios vulneráveis e tragam atenção à situação de crianças, jovens, negros, mulheres e população LGBTI+, com prioridade para a juventude negra, que vive nas periferias, que são vítimas de um verdadeiro extermínio ademais, em investigações policiais e nos processos judiciais, é preciso perseguir incansavelmente a meta de aumentar significativamente o esclarecimento da autoria dos casos de homicídios e latrocínios. Hoje, a taxa de solução desses crimes é muito baixa – menos de 10% dos homicídios investigados tem a autoria descoberta.
Fernando Haddad e Manuela	Educação/ Cultura	a Biblioteca Nacional, a Fundação Cultural Palmares e a Casa de Rui Barbosa devem receber investimentos proporcionais à sua imensa importância para memória, pesquisa e acervo da cultura brasileira.
Fernando Haddad e Manuela	Educação/ Cultura	Reafirmaremos nosso compromisso com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, construindo um ciclo de políticas que respondam aos direitos culturais dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos
Fernando Haddad e Manuela	Educação/ Cultura	Nosso programa compreende a cultura como um direito de todas e todos e como um campo de luta pelas liberdades individuais e contra o racismo, o machismo, a LGBTIfobia, a intolerância religiosa e o avanço do conservadorismo no Brasil. A defesa do livre pensar e da

		nossa diversidade irá orientar todas as políticas do governo Haddad para a cultura.
Fernando Haddad e Manuela	Educação/ Cultura	A Educação/ Cultura do campo, indígena e quilombola será priorizada, com investimentos na formação de professores, na construção e reforma de escolas e na aquisição de veículos adequados ao transporte escolar seguro, com oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional dos jovens do campo e fomento à pedagogia da alternância.
Geraldo Alckmin e Ana Amélia	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	políticas afirmativas para as populações negra e indígena, garantindo a igualdade de oportunidades
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Garantir a continuidade e a ampliação da política de demarcação de terras indígenas e quilombolas e reconhecer esses territórios também como laboratórios vivos de experiências democráticas.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	III - VIDAS NEGRAS IMPORTAM - o primeiro ponto a ser destacado no programa é o compromisso da aliança com políticas de combate ao genocídio da população negra.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	– Enfrentamento da manifestação mais cruel do racismo institucional: o genocídio da população negra, por meio de: i. Desmilitarização total das forças policiais; ii. Fim da política da guerra às drogas, construção de uma nova política de drogas; iv. Fim dos autos de resistência que “legalizam” as execuções extrajudiciais;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	2 – Plena execução das políticas públicas generalistas e de ação afirmativa intensificando a fiscalização e garantindo dotações orçamentárias i. Fiscalização do pleno cumprimento das políticas de ação afirmativa existentes e ampliação das mesmas; Inclusão da exigência da representatividade étnica nos critérios de concessão e renovação de concessão para emissoras de TV e rádio;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Garantia da representação da população negra e das mulheres nos espaços de poder institucional;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Titulação de todas as terras quilombolas e fortalecimento das mesmas por meio de políticas públicas;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	v. Garantia das políticas públicas generalistas nas áreas de saúde, Educação/ Cultura, moradia, cultura, previdência, fim do congelamento imposto pela EC 95; revogação da reforma trabalhista;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	vi. Enfrentamento do racismo religioso e garantia da laicidade do Estado
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Recriação do ministério específico com o nome de Secretaria Especial de Políticas de Combate ao Racismo
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Garantia da plena participação das representações do movimento negro na construção e gestão das políticas
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Criação do Fundo de Políticas de Combate ao Racismo,

Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	Garantia de um quadro administrativo próprio para a execução destas Políticas.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	Enfrentamento às doenças com maior incidência na população negra
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	Aplicação e ampliação das políticas de cotas raciais e políticas de permanência nas universidades e nos concursos públicos.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	Implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a LDB, que obrigam o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na rede pública e particular de ensino do país.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	a garantia de inserção de negras e negros no mercado de trabalho
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Precisamos garantir moradia para todos e o fortalecimento de políticas de moradia popular. Nesse sentido elencamos as seguintes ações a serem tomadas: i. Implementação da função social da propriedade; ii. Regularização fundiária de moradias em favelas e empreendimentos populares; iii. Urbanização das favelas garantindo qualidade de vida e infraestrutura; iv. Desapropriação e aquisição de terrenos para Habitação e propriedade da terra de interesse social; v. Garantia de Habitação e propriedade da terra de interesse social nas áreas urbanas e no campo; vi. Regulamentação e titulação de todas as terras quilombolas, inclusive as localizadas em espaços urbanos (e que precisam ser consideradas na elaboração dos planos diretores das cidades) com garantia das políticas públicas plenas e que o tema não seja tratado apenas pelo viés cultural ou identitário; vii. Combate e eliminação do racismo ambiental
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	Racismo Religioso. Garantia plena das liberdades laicas por parte do Estado brasileiro, proibindo interferências religiosas nos organismos de Estado; garantia plena do exercício religioso em todos seus rituais e criminalização das práticas racistas contra as religiões de matriz africana. Reconhecimento legal do ofício dos sacerdotes das religiões de matriz africana, garantindo aos mesmos os direitos previdenciários.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	Cultura. No campo da cultura, além das propostas que já constam no capítulo específico do tema, é preciso instituir programas de fomento à cultura negra e periférica, atuar para o reconhecimento das manifestações negras como Patrimônio Cultural Imaterial.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	17. Defesa e efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra, com a incorporação desta temática nos cursos de graduação de saúde;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	ii. Por meio da implementação do CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial, a União colaborará com a diminuição das desigualdades territoriais, sociais e raciais. A meta, no âmbito do Fundeb, é que se chegue à equalização das

		oportunidades educacionais, de tal forma que os recursos disponibilizados por aluno se equivalham nas diferentes unidades da federação.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	Estabelecer políticas que assegurem a interculturalidade, assegurando espaços educacionais auto organizados pelos povos indígenas, quilombola e demais grupos sociais que forjaram identidades históricas e profunda revisão do material didático que reproduz concepções marcadas pela colonialidade do saber e do poder, expressando concepções racistas e discriminatórias.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	2. Expandir e fortalecer a rede pública na atenção primária, secundária e terciária e na provisão de medicamentos:
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	i. Estabelecer mecanismos de gestão pública que permitam o planejamento estratégico de acordo com as necessidades da população e do SUS
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Combate a todas as formas de desigualdades e de discriminação no mercado de trabalho i. Criação de mecanismos que garantam igualdade salarial para mulheres, negros e negras e população LGBTI. A dicotomia entre mundo produtivo e reprodutivo e a falta de reconhecimento da sobrecarga de trabalho doméstico realizado pelas mulheres oculta uma relação de profunda desigualdade no mercado de trabalho em que as mulheres estão confinadas às piores condições de trabalho e segregadas nas ocupações pouco valorizadas socialmente. Além disso, a herança escravocrata brasileira faz com que mulheres e homens negros sejam discriminados
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	2. Os Centros de Referência Especializados de Cidadania e Assistência Social (CREAS) constituem a Proteção Especial, e em 2016 eram 2521 (sendo 230 para atendimento às pessoas em situação de rua). Eles também deverão ser fortalecidos, equipados, ampliados e repensados, tendo em vista o atendimento consistente, de modo a impactar nas condições de vida de seus usuários, em maioria idosos(as), pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua (Centros POP), juventude em conflito com a lei, migrantes, refugiados, mulheres, população LGBTI, pessoas em situação de violação de direitos, dentre outras demandas que possam se colocar
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	1. Apoiar a produção cultural vinda das periferias, culturas jovens, rurais e urbanas, culturas territoriais (indígenas, quilombolas), de matriz africana etc. Apoiar formas colaborativas e em rede de produzir cultura, a partir de editais desburocratizados em todas as linguagens, desde pequenas ações até iniciativas de grande porte. Regionalização e desconcentração dos recursos nos eixos Rio/São Paulo. Trabalhar no sentido de uma cultura capaz de mudar os paradigmas civilizacionais
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	Fomento à cultura produzida pela juventude, por meio de editais nacionais acessíveis e simplificados para contemplar iniciativas coletivas e projetos desenvolvidos por jovens em todo o território nacional, incluindo o incentivo à diversidade cultural e à cultura periférica, com especial atenção aos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, griôs, LGBTs e mulheres,

		possibilitando maior visibilidade a grupos que lutam para se afirmar simbolicamente, considerando, inclusive, as questões regionais;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	17. Reversão dos cortes do governo Temer nas bolsas de estudantes indígenas e quilombolas, com ampliação do acesso e das bolsas de permanência desses Estudantes;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	18. Construção da primeira universidade indígena do Brasil, em uma perspectiva interdisciplinar e com currículos construídos junto às comunidades indígenas a partir de suas demandas fundamentais.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	7. Desenvolver programas e projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e regional
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	15. Promover, em articulação e com protagonismo dos povos, Jogos Nacionais e Mundiais dos Povos Indígenas a cada dois anos dando visibilidade às suas práticas corporais e às suas demandas sociais, políticas e culturais
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	35. Revisar o Estatuto do Torcedor, para reverter a criminalização dos torcedores, coibir manifestações preconceituosas racistas, homofóbicas, regionais e sexistas e garantir os horários de realização das partidas adequados aos interesses dos setores populares
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	vi. Promover a proteção aos refugiados e a garantia dos direitos humanos de migrantes, incluindo a sua não criminalização e a integração social, por meio da regularização migratória e do amplo acesso a direitos. Estes são garantidos no Brasil pela nova Lei de Migração, Lei Nº 13.445 de 2017
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Nossa política será a de remover os obstáculos a uma promoção dos brasileiros de descendência africana, de combate sem contemplações ao racismo, de estímulo – inclusive através de cotas – à Educação/ Cultura e à cultura.
Marina e Eduardo Jorge	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	mantidas ações afirmativas e de promoção da equidade que visem ampliar o acesso à Educação/ Cultura superior e à terra e territórios. mantidas ações afirmativas e de promoção da equidade que visem ampliar o acesso à Educação/ Cultura superior e à terra e territórios.
Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Promoveremos políticas de inclusão, de igualdade de oportunidades e de remuneração no mercado de trabalho.
Marina e Eduardo Jorge	Dhs/ combate à violência	Investiremos em políticas de prevenção e combate à violência, priorizando ações específicas para frear o alto índice de homicídios de jovens negros no Brasil e o combate aos crimes de ódio ligados ao racismo.
Marina e Eduardo Jorge	Educação/ Cultura	Promoveremos a valorização da cultura negra e sua importância na história do país
Marina e Eduardo Jorge	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	demarcação de terras indígena e o reconhecimento e titulação de terras quilombolas, retomaremos os processos de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável
Marina e Eduardo Jorge	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Retomaremos os processos de reconhecimento de territórios quilombolas, sejam os que já estão concluídos e aguardam apenas a oficialização, sejam os que tramitam no órgão responsável. O mesmo empenho será dedicado à finalização dos processos administrativos das terras indígenas pendentes.
Vera e Hertz	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	8 - Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas! O avanço do agronegócio provoca um verdadeiro genocídio da população indígena e quilombola. Sob os governos do PT e Temer, a violência

	no campo aumentou ainda mais, e o hoje o Brasil é o país onde mais se mata no campo. É preciso garantir já a titulação, regularização e proteção dessas áreas.
--	--

No **campo da Educação e da Cultura**, discutiu-se sobretudo ações de Educação/ Cultura para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade. Coloca como central o debate no ambiente das escolas: políticas de Educação/ Cultura e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTQIfóbica. O ingresso da juventude negra em universidades públicas por meio do sistema de cotas e outras ações afirmativas, estão presentes nos planos de Ciro Gomes, Fernando Haddad e Guilherme Boulos. Falou-se também da valorização da cultura negra e sua importância na história do país.

Contabilizamos 19 propostas para **Cidadania/Assistência Social/Habitação e acesso à terra**. Destas, 7 são sobre habitação e acesso à terra, sendo as mais relevantes: processos de titularização das áreas das populações remanescentes de quilombos e regularização fundiária de territórios de comunidades tradicionais, quilombos, quilombolas e terras indígenas (Ciro Gomes, Marina, Vera, Guilherme Boulos, Fernando Haddad). Quanto a Cidadania e direitos civis, as propostas são de inclusão da questão da diversidade cultural e religiosa desde a infância, valorizando a história e cultura das diversas etnias africanas, enfrentamento do racismo religioso e garantia da laicidade do Estado. Quanto a Cidadania e Assistência Social, as candidaturas prometem políticas afirmativas para as populações negra e indígena, projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e regional garantindo a igualdade de oportunidades e que possam ampliar o acesso à Educação/Cultura superior e à terra e territórios (Geraldo Alckmin, João Goulart Filho, Marina, Guilherme Boulos).

Quanto a **direitos humanos e combate à violência racista**, foram apresentadas 11 propostas, que incluem a promoção de ações contra o racismo institucional, de combate ao genocídio da população negra e de políticas de segurança pública que atuem contra a escalada de violência policial contra a juventude negra (Ciro Gomes, Marina, Fernando Haddad, Guilherme Boulos); o fortalecimento e/ou ampliação do PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, em seu recorte étnico racial, denominado projeto Farol (Ciro Gomes).

No campo do **Poder e da Política**, houve 11 propostas, tratando de políticas públicas, de órgãos competentes para desenvolver essas ações, e de representação política

(garantia da representação da população negra e das mulheres nos espaços de poder institucional).

Houve 7 promessas para **autonomia econômica, trabalho e previdência**, focando na garantia de inserção de negras e negros no mercado de trabalho, garantia de políticas de inclusão, de igualdade de oportunidades e de remuneração no mercado de trabalho, adoção de políticas afirmativas por parte de empresas e cooperativas para que contratem jovens negr@s em conflito com a lei, além de campanhas e fiscalização contra discriminação racial nas relações trabalhistas.

Somente três candidatos apresentaram propostas para o campo da **Saúde** com o recorte racial: Ciro Gomes, Fernando Haddad e Guilherme Boulos. Nenhum tratou especificamente dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras. A principal promessa é de garantir políticas intersetoriais de saúde voltadas para a saúde das pessoas negras e capacitação de profissionais de saúde com humanização do atendimento de modo a coibir a xenofobia e discriminação acerca de doenças relativas à população negra.

Discussão análoga à questão racial é a promoção dos direitos de **povos do campo, das florestas e das águas**, populações historicamente negligenciadas e interdidas dos espaços de decisão política. @s presidenciáveis negligenciaram essa questão: somente Ciro Gomes, Fernando Haddad, Guilherme Boulos e João Goulart Filho apresentaram propostas, e foram somente 6 ações, todas no campo da autonomia econômica e no da cidadania. Para a autonomia econômica, prometem estimular os setores agricultura familiar, a economia criativa e economia solidária, mobilizar cooperativas e associações fundadas na diversidade ambiental e social, com suas formas próprias de relacionamento entre natureza, economia e cultura, envolvendo agricultura familiar e os povos do campo, das florestas e das águas.

3. População LGBTQI

Somente 73 das 345 propostas (28%) que nos interessam a partir de uma perspectiva feminista foram dedicadas a proteger a população LGBTQI e buscar a superação de discriminações fundadas em orientação sexual e identidade de gênero, como homofobia, lesbofobia e transfobia. O candidato que mais incluiu ações nesse campo foi Guilherme Boulos, com 45 propostas. @s outr@s presidenciáveis prometeram um número bem menor: Ciro Gomes (14), Haddad (5), Marina (5), Vera (3) e João Goulart Filho (1).

Tabela 5: Propostas de candidat@s à Presidência e Vice-Presidência da República para diversidade sexual e LGBTQI, 2018		
Candidat@	Tema	Descrição da proposta
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	Criação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT com representantes estaduais, assim como uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas para a Cidadania da população LGBTQI, incluindo o amparo à seguridade de trabalho, emprego e renda à população LGBT e de ações afirmativas de combate à discriminação institucional de empresas e no ambiente de trabalho;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Garantia da promoção da cidadania LGBTQI, por um país para todas e todos, com respeito às diversidades humanas, sem exceção;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Implementação efetiva do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQI;
Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	n Respeito ao Termo de Compromisso com a Aliança Nacional LGBTQI+ e parceiras, tentando cumprir com máximo esforço suas propostas;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Criação de meios para coibir ou obstar os crimes LGBTQIfóbicos, definindo suas características, equiparando aos crimes por racismo, injúria e feminicídio, cada qual com sua especificidade;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Dhs/ combate à violência	n Reestruturação, ampliação, fortalecimento do Disk Direitos Humanos (Disk 100);
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Realização de investimentos nas Universidades Públicas Federais para ampliação de programas de ações afirmativas, assistência estudantil e permanência;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Inclusão do combate a toda forma de preconceito, seja ele por raça, etnia, sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero no Plano Nacional de Educação/ Cultura;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Educação/ Cultura	n Desenho de plano de ações e metas para diminuir a discriminação nas escolas e a evasão escolar;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Articulação e apoio à aprovação do Estatuto das Famílias e do Estatuto da Diversidade;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	n Garantia e ampliação da oferta de tratamentos e serviços de saúde para que atendam às necessidades especiais da população LGBTQI no SUS e suas especificidades, assim como o acolhimento dessa população em sua melhor idade (acima dos 60 anos);
Ciro Gomes e Katia Abreu	Saúde e DSDR	n Consideração das transversalidades da população LGBTQI e suas vulnerabilidades, tais como: situação de refúgio, conviventes com HIV/AIDS, LGBTQIs negros e negras, em situação de rua, dentre outras, fomentando a ampliação das políticas públicas existentes e criação de políticas públicas de proteção e acolhimento à essas especificidades;
Ciro Gomes e Katia Abreu	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	n Fomento à aprovação dos Projetos de Lei em tramitação que visam à equiparação do casamento civil igualitário, assim como a Lei de Identidade de Gênero conhecida como Lei João W. Nery em consonância com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) de número 4277 e 4275, respectivamente, votadas pelo pleno Supremo Tribunal Federal.

Ciro Gomes e Katia Abreu	poder e política	• Construção de políticas de enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia;
e	Educação/ Cultura	i. Desenvolver uma política nacional para prevenir a discriminação e o preconceito contra as pessoas trans na infância e na adolescência, com ênfase na Educação/ Cultura formal e em campanhas de difusão dirigidas às famílias;
Fernando Haddad e Manuela	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	fortalecerá uma perspectiva inclusiva, não-sexista, não-racista e sem discriminação e violência contra LGBTI+ na Educação/ Cultura e demais políticas Públicas.
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	Serão realizados todos os esforços para que o Brasil supere a violência contra a população LGBTI+ e para que possa contar com uma lei que responsabilize os crimes de ódio, entre os quais os praticados contra as pessoas LGBTI+ – criminalização da LGBTIfobia.
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	Ademais, fortalecerá o Sistema Nacional LGBTI+ e instituirá a Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI+, articulando órgãos federais, estaduais e municipais para que implementem políticas de promoção da orientação sexual e identidade de gênero
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	investir na saúde integral LGBTI+ e implementará programas e ações de Educação/ Cultura para a diversidade, enfrentamento ao “bullying” e reversão da evasão escolar.
Fernando Haddad e Manuela	Dhs/ combate à violência	políticas para enfrentar a mortalidade das pessoas travestis e transexuais e criará nacionalmente o Programa Transcidadania
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	5. Políticas de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	13. Reconhecer a identidade de gênero para mulheres transexuais e oferecer a atenção necessária à sua saúde de forma despatologizada;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	18. Tipificação do feminicídio de travestis e transexuais;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	23. Que as mulheres transexuais e travestis possam escolher cumprir pena em unidades prisionais femininas,
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	V - DIVERSIDADE IMPORTA! UM PROGRAMA PARA A CIDADANIA LGBTI 1. Garantir a cidadania da população LGBTI como política de Estado, que jamais será relegada a um segundo plano ou negociada em troca de acordos políticos, eleitorais ou de governabilidade;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	2. Assumir a defesa irrestrita do estado laico, da liberdade de crença e de não-crença, das liberdades individuais e da igualdade de direitos e oportunidades para LGBTIs.;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	3. Entender que esses compromissos devem se materializar não apenas em programas e projetos específicos, mas também de forma transversal, como objetivo de todos os ministérios e de todas as políticas públicas;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	4. Vetar qualquer lei, aprovada por eventuais maiorias conservadoras no Congresso Nacional, que tenha por objeto restringir de alguma forma os direitos LGBTI;
Guilherme Boulos e Sonia	poder e política	5. Manter o diálogo permanente com os movimentos sociais e de direitos humanos das pessoas LGBTI e promover formas de participação democrática dessa

Guajajara		comunidade na elaboração de políticas públicas;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	6. Assumir a responsabilidade política que cabe ao presidente e à vicepresidenta da República na luta contra o preconceito, a discriminação, a exclusão e a violência contra a população LGBTI, não apenas através da ação de governo, mas também com o próprio exemplo, em suas atitudes individuais e discursos públicos;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	7. Promover que o Brasil assumira uma posição de liderança na defesa dos direitos LGBTI no cenário internacional, através de sua diplomacia, nos organismos e fóruns internacionais, nas relações bilaterais e nas políticas de concessão de asilo.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	o programa de Boulos e Sonia apoia a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-5120/2013, dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que reconhece o casamento civil igualitário e garante a todos os casais, do mesmo ou de diferente sexo, os mesmos direitos na lei.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	poder e política	o governo de Boulos e Sônia vai apoiar a aprovação, no Congresso Nacional, do PL-5002/2013 (Lei João Nery), dos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), que despatologiza a transexualidade e reconhece o direito das pessoas trans à identidade de gênero e à autonomia para decidir sobre seus corpos.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	ii. Criar um programa de acolhimento, moradia e inclusão social para as pessoas trans expulsas do lar familiar e/ou em situação de rua;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	iii. Promover a inclusão de mulheres trans na lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e desenvolver uma política nacional de prevenção da violência e dos crimes de ódio contra a população LGBTI – em especial, contra a população trans, que hoje é alvo privilegiado desses Crimes
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	iv. Reestruturar o processo transexualizador, em adequação ao CID-11, garantindo o cuidado das pessoas trans numa perspectiva não patologizante e de saúde integral, em sintonia com o projeto de Lei João Nery;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	v. Ampliar o número de ambulatórios voltados para a população trans, garantindo sua presença em todas as cidades com mais de 300 mil habitantes, com disponibilidade de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) para pessoas que residem em municípios que ainda não contam com o serviço;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	vi. Articular uma rede de atenção e cuidado à população intersexual, garantindo sua autonomia para tomar decisões sobre seus corpos, orientação das famílias e proteção dos seus direitos.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	i. Prevenir e enfrentar o bullying e a violência LGBTI-fóbica e promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade, através de Educação/ Cultura permanente para os direitos humanos;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	ii. Produzir material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras e Estudantes
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	iii. Garantir o uso de nome social nas escolas – na perspectiva do projeto de Lei João Nery – e dos banheiros adequados à identidade de gênero auto percebida
Guilherme Boulos e Sonia	Educação/ Cultura	iv. Desenvolver um programa nacional de prevenção do abandono escolar e de reinserção no sistema educativo, em todos os níveis, das pessoas LGBTI; e ações

Guajajara		afirmativas para o acesso e permanência delas na universidade
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	i. Criar programas de assistência, orientação e formação técnica e profissional especializada, para facilitar a inserção da população LGBTI e, em especial, das pessoas trans adultas no mercado de Trabalho
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	ii. Promover a inclusão, na legislação trabalhista, de normas contra a discriminação e o assédio moral LGBTI-fóbico nas empresas e no setor público;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	iii. Desenvolver campanhas de comunicação social para a promoção e valorização do emprego trans, combatendo o preconceito e a naturalização da exclusão desta população em diversos ofícios e profissões;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	v. Ações afirmativas no acesso ao mercado de trabalho
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	Estabelecer uma regra transitória de inclusão na Previdência das pessoas trans idosas que não tiveram a possibilidade de trabalhar com carteira assinada ao longo da vida, por conta da discriminação e do Preconceito;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	vii. Realizar um levantamento de pessoas LGBTI em situação de rua e da cobertura e situação dos diversos planos de moradia já existentes;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	viii. Rigor na responsabilização de famílias que abandonam ou demonstram incapacidade de criação de filhxs LGBTI;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	ix. Articular as políticas de Cidadania e Assistência Social e Habitação e propriedade da terra para garantir o direito à moradia da população LGBTI
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	i. Promover a capacitação e o treinamento das polícias e demais forças de segurança (inclusive mudando os planos de estudo), para conscientizar seus integrantes a respeito da diversidade sexual e dos direitos das pessoas LGBTI;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	ii. Promover a inclusão da motivação de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual nos registros dos boletins de ocorrência e demais protocolos de atendimentos
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	iii. Desenvolver um plano nacional contra os crimes de ódio e a violência LGBTI-fóbica, com a integração de políticas de Educação/ Cultura e cultura, comunicação social, segurança, justiça e outras;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Dhs/ combate à violência	iv. Promover o debate no Congresso Nacional dos projetos que visam a criminalização da LGBTI-fobia, defendendo uma redação que reconheça a "motivação torpe" como agravante para os casos que envolvem violência física (assassinato, lesões corporais, estupro e outros crimes já tipificados no Código Penal) e estabeleça, para os casos de discriminação e injúria, medidas socioeducativas e de reparação de danos, sem privação da liberdade;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	v. Criar uma portaria LGBTI que replique a Resolução Conjunta N° 1 do CNPCP e CNCD/LGBT, para os direitos de pessoas LGBTI

Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	i. Criar uma linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais e trabalhar junto às universidades para promover uma melhor formação dos profissionais da saúde nessa área, enfrentando também a violência ginecológica e obstétrica sofrida por mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	iii. Realizar campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBTI e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	iv. Promover a completa despatologização das identidades LGBTI, assim como o fim das “comunidades terapêuticas” e da pseudociência, das intervenções corporais indevidas em pessoas intersexo, das internações forçadas e dos tratamentos anticientíficos para a mal chamada “cura gay”;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	v. No mesmo sentido e em articulação com as autarquias profissionais, avaliar e responsabilizar serviços que se proponham a atuar nas áreas de gênero e sexualidade, capacitando os profissionais para evitar posturas antiéticas;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	vi. Criar plano de políticas públicas e metas para redução da transmissão do vírus do HIV, recuperando e reforçando campanhas e políticas específicas para a população LGBTI, negra, camponesa e indígena, e da mortalidade por Aids e coinfeções como tuberculose e pneumonia;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Saúde e DSDR	vii. Fortalecer as interações entre diferentes instituições e comunidades LGBTI, com atenção específica à saúde integral;
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	viii. Acabar com a proibição de doar sangue para os homens que fazem sexo com homens, apoiando a aprovação, no Com gresso Nacional, do PL-6297/2016, do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ).
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	23. Garantir políticas de Habitação e propriedade da terra para a juventude para acolher jovens LGBTI expulsos de casa e estimular que jovens tenham condição de morar com dignidade. À luz de experiências na Alemanha e similar às políticas de universidades como a UFOP, iremos garantir um incentivo financeiro para jovens trabalhadores, estudantes ou não, com experiências de repúblicas e assistência de moradia.
Guilherme Boulos e Sonia Guajajara	Educação/ Cultura	6. Garantir a participação dos movimentos LGBTIs na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais;
João Goulart Filho e Leo da Silva Alves	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	Garantia de acessibilidade do cidadão LGBT a todos os ambientes, inclusive os que prestam serviços públicos e privados; nos concursos públicos e exercício de profissões. Combate à discriminação no serviço público quanto à população LGBT. Combate à intolerância religiosa em relação à diversidade de orientação sexual. Garantia de atendimento no serviço público de saúde para a população LGBT.
Marina e Eduardo Jorge	Saúde e DSDR	Criaremos as condições para garantir e ampliar a oferta de tratamentos e serviços de saúde integral adequados às necessidades da população LGBTI.
Marina e Eduardo Jorge	Autonomia econômica, trabalho e previdência/ Equipamentos sociais	políticas de prevenção e combate a todas as formas de violência e discriminação e para garantir o acesso ao mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo.
Marina e Eduardo Jorge	Dhs/ combate à violência	Investiremos em políticas de prevenção e combate à violência, priorizando ações específicas para frear o alto índice de homicídios e violência física contra LGBTIs.

Marina e Eduardo Jorge	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	As proposições do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT serão consideradas na elaboração de políticas públicas específicas.
Marina e Eduardo Jorge	Cidadania/ Assistência Social/ Habitação e propriedade da terra	O Conselho Nacional de Justiça regulamentou a celebração de casamento civil de pessoas do mesmo sexo, através da Resolução 175/13. Acataremos a demanda de que os direitos decorrentes dessa decisão sejam protegidos por lei. Em casos de adoção, defendemos que seja oferecido tratamento igual aos casais adotantes, com todas as exigências e cuidados iguais para ambas as modalidades de união, homo ou heteroafetiva, atendendo à prioridade de garantir o melhor interesse da criança.
Vera e Hertz	Dhs/ combate à violência	Defendemos a criminalização da LGBTfobia já. Pelo reconhecimento das identidades trans e a despatologização da transexualidade, assim como a regulamentação do nome social. Defendemos a criminalização da LGBTfobia já.
Vera e Hertz	Saúde e DSDR	É preciso ainda garantir à população LGBT atendimento médico às suas demandas pelo SUS.
Vera e Hertz	Educação/ Cultura	Defendemos uma Educação/ Cultura que ensine o respeito e a diversidade. Não ao projeto "Escola Sem Partido".

No campo da **Cidadania, Assistência Social e Habitação**, houve 20 propostas: 11 de Guilherme Boulos, 5 de Ciro Gomes, 2 de Fernando Haddad e uma de João Goulart Filho. Falou-se, de forma geral, na garantia da promoção da cidadania LGBTQI com respeito às diversidades humanas numa perspectiva inclusiva, não-sexista, não-racista e sem discriminação e violência contra LGBTQI, com liberdades individuais e igualdade de direitos e oportunidades. Quanto ao casamento igualitário e união civil, prometeu-se apoio à aprovação do Estatuto das Famílias e do Estatuto da Diversidade e dos Projetos de Lei em tramitação que visam à equiparação do casamento civil igualitário, assim como a Lei de Identidade de Gênero conhecida como Lei João W. Nery em consonância com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) de número 4277 e 4275, respectivamente, votadas pelo pleno Supremo Tribunal Federal (Ciro Gomes); apoio à aprovação do PL-5120/2013 (Jean Wyllys – PSOL-RJ, e Érika Kokay - PT-DF), que reconhece o casamento civil igualitário e garante a todos os casais (do mesmo ou de diferente sexo) os mesmos direitos na lei; e respeito às decisões do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou a celebração de casamento civil de pessoas do mesmo sexo, através da Resolução 175/13 (Marina).

No campo dos **Direitos Humanos e combate à violência LGBTQIfóbica** (homofobia, lesbofobia e transfobia), contabilizamos 14 propostas (6 de Boulos, 4 de Haddad, 2 de Ciro Gomes, 1 de Vera e 1 de Marina), concentradas sobretudo na criação de meios para coibir crimes LGBTQIfóbicos. Essas ações são insuficientes, muito poucas. Recentemente, o Dossiê sobre lesbocídio no Brasil (pesquisa feita pelo Grupo de Pesquisa Lesbocídio – As Histórias que Ninguém Conta, e pelo Nós: Dissidências

Feministas também mostra que na maioria dos casos as mulheres eram jovens e negras) apontou que o assassinato de mulheres lésbicas aumentou 237% entre 2014 e 2017¹⁸. Isso sem contar os estupros corretivos e a dificuldade de acessar os serviços voltados ao público LGBTI¹⁹.

No campo da **Saúde**, houve 13 propostas, sendo 9 apresentadas por Boulos, duas por Ciro Gomes, uma por Haddad (já contabilizada em igualdade racial e direitos das mulheres), uma por Vera e outra por Marina. Falou-se principalmente em investir na saúde integral de mulheres, pessoas negras, LGBTQI; e na garantia e ampliação da oferta de tratamentos e serviços de saúde para que atendam às necessidades especiais da população LGBTQI no SUS e suas especificidades, assim como o acolhimento dessa população em sua melhor idade (Ciro Gomes, Marina, Vera, Boulos), considerando as transversalidades da população LGBTQI e suas vulnerabilidades, tais como: situação de refúgio, conviventes com HIV/AIDS, LGBTQIs negr@s e negras, em situação de rua, dentre outras (Ciro Gomes e Boulos).

No tema **poder e política**, houve 10 propostas, sendo 3 apresentadas por Ciro Gomes e 10, por Guilherme Boulos. Os dois prometem a construção de políticas de enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia, garantindo a cidadania da população LGBTQI como política de Estado, com Boulos afirmando que esses compromissos devem se materializar não apenas em programas e projetos específicos, mas também de forma transversal, como objetivo de todos os ministérios e de todas as políticas públicas.

Para **Educação/Cultura**, houve 9 propostas, lançadas por Boulos (6), Ciro Gomes (2) e Vera (1). Elas tratam da defesa de uma educação que ensine o respeito e a diversidade. Para tanto, @s candidat@s prometem investir nas Universidades Públicas Federais para ampliação de programas de ações afirmativas, assistência estudantil e permanência, e desenhar uma política nacional para prevenir a discriminação e o preconceito contra as pessoas trans na infância e na adolescência, com ênfase na educação formal e em campanhas de difusão dirigidas às famílias. Vera e Boulos se colocam contra o projeto “Escola Sem Partido”. Boulos promete ainda produzir material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação

¹⁸<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>

¹⁹<https://www.brasildefato.com.br/2018/08/29/tem-existido-resistencia-das-mulheres-negras-lesbicas-das-quebradas-diz-ativista/>

de educadores, educadoras e estudantes, e garantir a participação dos movimentos LGBTQIs na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais.

Foram sete propostas para **Autonomia econômica, trabalho e previdência**, feitas por 2 candidat@s: Marina (1 proposta) e Boulos (6). Marina se compromete com “políticas de prevenção e combate a todas as formas de violência e discriminação e para garantir o acesso ao mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo”; enquanto Boulos é mais específico, prometendo implementar políticas de: 1) inclusão, na legislação trabalhista, de normas contra a discriminação e o assédio moral LGBTQI-fóbico nas empresas e no setor público; 2) de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis; programas de assistência, orientação e formação técnica e profissional especializada, para facilitar a inserção da população LGBTQI e, em especial, das pessoas trans adultas no mercado de trabalho; 3) de previdência, estabelecendo regra transitória de inclusão na Previdência das pessoas trans idosas que não tiveram a possibilidade de trabalhar com carteira assinada ao longo da vida por conta da discriminação.

4. Resistências e alternativas

Na perspectiva feminista antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, a simples garantia de realizações de eleições e dos direitos civis é absolutamente insuficiente para promover a democratização do poder. É preciso garantir maior participação popular e superar a sub-representação das mulheres, população negra e indígena, favorecendo ampla representação dos diferentes grupos populacionais nos espaços de poder e garantido regras de funcionamento igualitárias, inclusive com ações afirmativas.

Contudo, acreditamos que a democracia burguesa e seus mecanismos formais de representação política não são suficientes para promover a sociedade justa e igualitária que queremos. Os partidos políticos, mesmo os alinhados às esquerdas, conseguem reformular suas dinâmicas discriminatórias? Eles defendem, de fato, os direitos humanos das mulheres, d@s negr@s e indígenas, d@s LGBTQIs? É suficiente, diante de um contexto de golpe parlamentar contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e numa conjuntura de retrocessos profundos, tomar parte no jogo eleitoral?

Parece-nos que a resposta para a maior parte das perguntas acima é “não”. Acreditamos que os partidos políticos e os atores envolvidos na disputa eleitoral já estão viciados em lógicas e dinâmicas que, em sua natureza são excludentes. Nesse sentido

temos pensado na democracia para além da representação, buscado outras formas de exercer poder, tentando oferecer insumos para a pergunta: que institucionalidade política queremos?

Defendemos que é preciso pensar em iniciativas diferentes, abrindo caminhos para além da representação. Como explicou Bruno (Levante Popular) e José Antônio Moroni, o desafio é articular a reforma política com outras agendas de resistência aos retrocessos do Governo Temer, incluindo novas discussões a respeito do sistema político, através dos novos sujeitos e formas de luta, atores políticos autônomos com críticas veementes às formas tradicionais das organizações políticas. Queremos encontrar e lutar por condições para a democracia paritária. Precisamos defender a todo custo a laicidade do estado, tão ameaçada por ações de polític@s eleit@s e suas instituições conservadoras. Acompanhamos com entusiasmo as propostas e ações de articulações de movimentos sociais que compomos, como a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, e também algumas ações que desafiam a forma tradicional de se fazer política representativa, como mandatos compartilhados. Esta proposta está próxima ao que Célio Turino chama de “Mandato Cidadanista”, um mandato acompanhado por processos de escuta sensível, através de “círculos de escuta e decisão, sejam temáticos ou territoriais, perenes ou em funcionamento temporal pré-determinado, com propostas e posicionamentos debatidos em encontros periódicos (incluindo transmissões ao vivo pela internet, em diálogo direto com o parlamentar), e processos de consulta e enquetes quanto a votações e posicionamentos relevantes, sempre observados princípios prévios do Mandato”. Ao lado desses círculos, “há que funcionar uma equipe de gestão do mandato que seja, ao mesmo tempo, comprometida com os princípios de construção coletiva e propostas de transformação, com capacitação técnica e operacional, e que seja dinâmica e eficiente. Junto a estes, que terão função técnica e profissional, as coodeputadas e coodeputados”²⁰.

Como a Articulação de Mulheres Brasileiras reforçou em sua “Nota de posição frente ao cenário eleitoral”, o cenário eleitoral de 2018 é desanimador, dado o projeto de construir legitimidade política para o projeto ultraneoliberal e autoritário de poder das forças golpistas. Por isso, é necessário que os movimentos sociais se manifestem, se articulem e sigam firmes na denúncia do golpe, e que atuem, na crise, por nenhum direito a menos e para a construção de mecanismos fortes de democracia direta. Daí a importância de iniciativas como o “Vote e Revogue!”, que descrevemos anteriormente.

²⁰<https://outraspalavras.net/brasil/um-caminho-para-libertar-a-politica/>

Apesar das nossas críticas ao processo eleitoral e ao sistema político como ele se coloca, entendemos as eleições como uma oportunidade de articulação e mobilização dos setores progressistas, feminismos e movimentos de mulheres contra o golpe e os desmontes em curso. Assim, vale destacar algumas iniciativas articuladas em torno do processo eleitoral, começando pela Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, na qual estamos articuladas há tantos anos. A plataforma realizou, em agosto, uma atividade para articular iniciativas que têm enfrentado os desmontes de direitos no Brasil pós-golpe, da qual participaram cerca de 80 pessoas, entre integrantes de redes, organizações, fóruns e movimentos sociais de várias partes do país.

O objetivo foi traçar estratégias coletivas para seguir lutando “tanto no plano institucional como a partir da política feita no cotidiano, com mobilizações, formações políticas e a organização das populações frente às violações de direitos”²¹. De forma geral, apontou-se que é necessário construir um novo processo de democratização, avançando na democracia direta, revendo modos de organizar as lutas e cientes de que temos múltiplas pautas sendo, portanto, preciso construir uma proposta que vá além do que já existe, abrindo horizontes e descobrindo novos caminhos sem ignorar as diferentes visões das iniciativas presentes.

Também vale destacar a ação do Projeto Brasil Popular²² e a Plataforma Vamos, que surgiram de duas frentes que, mobilizaram a resistência contra o golpe: respectivamente, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. A atividade também reforçou a urgência de viabilizar a democratização dos meios de comunicação e fortalecer candidaturas feministas, antirracistas e anticapitalistas. Uma das iniciativas atuais para tanto é a campanha “Mulheres Negras Decidem”²³, que está mais centrada nas disputas das narrativas do que em plataformas de candidaturas. A campanha fornece dados que indicam o quanto é desigual a corrida eleitoral para as mulheres negras, e como estamos sub-representadas nos poderes instituídos. A AMB (“Nota de posição frente ao cenário eleitoral”) também considera fundamental existirem várias candidaturas de mulheres feministas antirracistas e anticapitalistas, nos partidos do campo da esquerda, principalmente com experiências de mandatos coletivos, “que contribuam para fazer avançar o debate político sobre as saídas para o Brasil, o

²¹<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/plataforma-luta-por-reforma-politica-que-radicalize-a-democracia/>

²²https://web.facebook.com/ProjetoBrasilPopular/?_rdc=1&_rdp

²³<http://mulheresnegrasdecidem.org/>

enfrentamento ao modelo de desenvolvimento capitalista predatório e a retomada das instituições democráticas”.

Desde as últimas eleições, também acompanhamos o #MeRepresenta, grupo de coletivos e organizações que fundou uma plataforma virtual para aproximar eleitor@s e candidat@s que quisessem votar em direitos humanos, questões de gênero, raça, LGBT, participação cidadã e que procura aproximar eleitores e candidat@s aliad@s de todos os partidos políticos e espalhados por todo país²⁴. Outra iniciativa é a PartidAI, grupo formado por mulheres, com bastante expressão na internet, que foi criado em 2015 para estimular a presença das mulheres na política²⁵. Nesse ano a PartidA lançou a Campanha Meu Voto Será Feminista: para impulsionar a candidatura de mulheres²⁶. Com objetivo similar temos também a campanha #VoteNelas²⁷, lançada por um grupo suprapartidário que engloba candidatas de diferentes correntes políticas, e que incentiva eleitores a votarem em mulheres.

Há também o Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política, espaço diverso e pluripartidário criado para acompanhar a participação das mulheres nestas eleições e estimular a participação democrática das mulheres candidatas e militantes nas decisões dos partidos políticos. O Fórum lançou, ainda, um boletim listando algumas iniciativas de produção de informação e atuação política voltadas para a representação política das mulheres, que copiamos aqui: Adalgisas (projeto proposto pelo coletivo de jornalismo investigativo Marco Zero Conteúdo que fará a cobertura especial e independente das eleições 2018 de Pernambuco, tendo as mulheres como protagonistas²⁸).

Campanha de Mulher (projeto de comunicação idealizado pela Mídia NINJA para apoiar mulheres candidatas em 2018²⁹); Gênero e Número (iniciativa de jornalismo independente que criou uma plataforma para abordar questões de gênero a partir de dados, que tem cobertura exclusiva das eleições 2018³⁰); Instituto Alziras (organização com a missão de contribuir para o aumento da representação feminina na política por meio do fortalecimento de mandatos e de candidaturas de mulheres no Brasil³¹); e Mapa

²⁴<https://www.merepresenta.org.br/>

²⁵<https://pt-br.facebook.com/sigapartida/>

²⁶<https://www.facebook.com/meuvotoserafeminista>

²⁷https://web.facebook.com/votenelas2018/?_rdc=1&_rd

²⁸<https://www.facebook.com/mzconteudo>

²⁹<http://campanhademulher.org>

³⁰<http://www.generonumero.media/politica-2018>

³¹<http://www.alziras.org.br/>

das Mina (coletivo criado em agosto de 2017 que está desenvolvendo uma plataforma digital e intuitiva para promover, visibilizar e apoiar as candidaturas de mulheres nas eleições 2018, inicialmente no estado do Rio de Janeiro³²) são outras ricas experiências em curso.

Destacamos ainda a atuação dos fóruns de mulheres, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, que realizaram um debate com mais de 10 candidatas a deputadas estaduais e federais em setembro³³. O Fórum Nacional de Mulheres Negras lançou a campanha “Eu voto nas pretas”³⁴. Mais de 10 candidatas de partidos de esquerda falaram sobre suas prioridades e da importância da luta e participação das mulheres no atual cenário político, de crescimento do conservadorismo, machismo e discurso de ódio.

Cabe mencionar algumas iniciativas institucionais de produção de conhecimento, como a recente pesquisa Ibope/Onu Mulheres sobre a demanda por igualdade de gênero no Brasil, revelando como a população vê a participação de mulheres na política e o que espera do poder público quanto à igualdade entre homens e mulheres (<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/ibope-e-onu-mulheres-divulga-estudo-sobre-a-participacao-feminina-na-politica/>). A ONU Mulheres também lançou o Brasil 50-50³⁵, iniciativa para promover a participação de mais mulheres na política e a adoção de mais e melhores políticas para as mulheres, que produziu uma websérie documental na qual reúne opiniões de especialistas, ativistas e parlamentares sobre mulheres na política³⁶, pautando sobretudo o tema da paridade.

Por fim, porém não menos importante, queremos destacar ações de resistência a candidaturas machistas, racistas e homofóbicas. O maior exemplo talvez seja do grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”. Pesquisas mostram que somente 17% das mulheres declaram voto a ele, contra 49% que não votariam de jeito nenhum no candidato, pelo seu histórico de atitudes e falas misóginas, que não se pode captar totalmente no plano de governo. As falas mais conhecidas são: “não te estupraria porque você não merece” (agressão contra a deputada Maria do Rosário), e “tenho cinco filhos. Quatro foram homens e na quinta dei uma fraquejada”³⁷. Segundo o professor Jairo

³²<https://www.facebook.com/mapadasmına2018>

³³<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/por-mais-mulheres-na-politica-e-novas-prioridades/>

³⁴<https://youtu.be/1rgxsPQAa9k?list=PLvMXkb8tWg0j7Y6HL-MZGa70QOwOIn0-J>

³⁵<http://www.brasil5050.org.br/>

³⁶<https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-lanca-webserie-documental-sobre-participacao-politica-das-mulheres-no-brasil/>

³⁷<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/por-que-algumas-mulheres-votam-em-bolsonaro>

Nicolau, não houve, na história das eleições presidenciais brasileiras, casos de um candidato à presidência com uma discrepância tão grande entre os votos de homens e mulheres³⁸.

Em pouquíssimos dias, o grupo reuniu quase dois milhões de mulheres (atualmente está chegando ao quatro milhões) e sofreu fortes represálias, sendo inclusive tirado do ar. A ação ganhou tanta força que em tempo recorde conseguiu mobilizar manifestações em mais de 400 cidades brasileiras (além de 109 eventos no Facebook) do País e dezenas no exterior, em 29 de setembro³⁹.

Esse movimento ganhou adesão entusiasmada de cidadãs comuns e figuras públicas nas redes sociais, através da difusão das hashtags #EleNão e #EleNunca, sobretudo após a declaração do vice, general Hamilton Mourão, que afirmou que lares chefiados por mães e avós são “fábricas de desajustados”, mão de obra do narcotráfico (<https://www.cartacapital.com.br/revista/1022/elena-as-mulheres-na-linha-de-frente-da%20resistencia-a-bolsonaro/@@amp>). A reação dos apoiadores do deputado foi tão misógina quanto as próprias atitudes dele. Por exemplo, um ato pró-Bolsonaro em Recife teve música que comparava feministas a cadelas: “Dou para CUT pão com mortadela e para as feministas, ração na tigela. As mina de direita são as top mais belas enquanto as de esquerda têm mais pelos que as cadelas”⁴⁰.

Segundo a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado, professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o movimento demonstra a insatisfação da maior parte das mulheres por uma política institucional que não as representa, considerando que uma possível eleição desse candidato prejudica sobretudo as mulheres negras, que são as que mais sofrem com a precarização do trabalho e as consequências da violência urbana: “São as mulheres que apanham e são estupradas a cada 11 minutos e que são as vítimas da violência real dessa sociedade. Também são as mulheres que temem que o armamento traga mais violência porque não são elas que reproduzem a violência, que acham que a violência se soluciona com mais violência. É um pouco de medo e ação. Sai desse desprezo pela política institucional em que ninguém representa para um ação pelas nossas vidas, porque tem sido assim historicamente. São as nossas vidas que são as mais violentas e a grande vítima do sistema excludente capitalista”.

³⁸https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/05/opinion/1536176488_984765.html

³⁹<https://www.revistaforum.com.br/cidades-do-brasil-e-do-mundo-terao-atos-contra-bolsonaro-no-dia-29/>

⁴⁰<https://twitter.com/twitter/statuses/1043881400838107142>

Ainda para a professora, o grupo incomodou e tentou ser derrubado “porque sabem da potência, da possibilidade desse grupo. Dois milhões de mulheres organizadas, motivadas e discutindo são capazes de mobilizar suas mães, filhas, amigas. Imagina o impacto disso em um país com a quantidade de eleitores como o Brasil”.⁴¹

Ficamos no aguardo dos desdobramentos das manifestações, dos resultados do primeiro turno e dos discursos e ações d@s presidentiáveis em relação às nossas bandeiras de luta. Seguimos sistematizando os debates e os dados das candidaturas, que nos próximos dias estarão disponíveis em nossa página. Para continuar acompanhando nossas análises, conecte-se ao CFEMEA em nossas redes sociais:

Leia mais: [Mulheres na Política: Uma Luta Insistente e Permanente](#)

Assista no Youtube: <https://youtu.be/m7nmiTA2KRc>

Junte-se: <https://www.facebook.com/cfemea.feminista> | twitter.com/cfemea |

[instagram.com/cfemea_feminista](https://www.instagram.com/cfemea_feminista)

⁴¹<https://www.cartacapital.com.br/politica/2019grupo-contra-bolsonaro-incomoda-por-caoa-de-seu-potencial2019d-diz-rosana-pinheiro-machado>